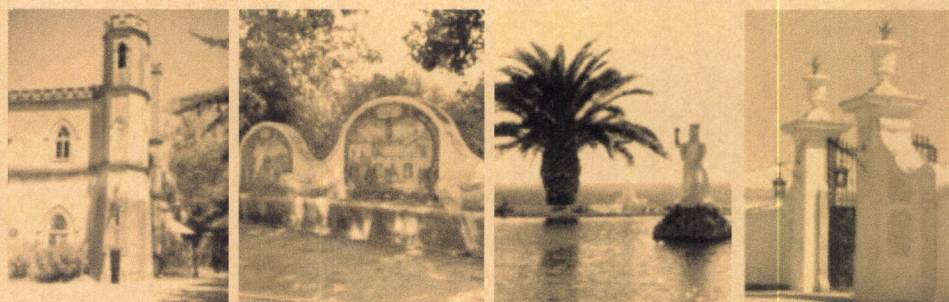


MANUEL BERNARDO CIPRIANO LOURENÇO

DAS QUINTAS DO BAIXO ALENTEJO

~ SIGNIFICADO HISTÓRICO E SOCIAL ~

CONTRIBUTOS PARA O SEU CONHECIMENTO E SALVAGUARDA



Dissertação de Mestrado

em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

1999

MANUEL BERNARDO CIPRIANO LOURENÇO

DAS QUINTAS DO BAIXO ALENTEJO

~ SIGNIFICADO HISTÓRICO E SOCIAL ~

CONTRIBUTOS PARA O SEU CONHECIMENTO E SALVAGUARDA

106689

*Dissertação de Mestrado em Recuperação
do Património Arquitectónico e Paisagístico*

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

1999

À memória de meu pai.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	6
------------------	---

I PARTE CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, HISTÓRICA E SOCIAL

1. A TERRA E OS SEUS PROPRIETÁRIOS	17
2. A QUINTA – SUAS CARACTERÍSTICAS E TIPOLOGIA	50
2.1. QUINTA DO CARMO.....	61
2.2. QUINTA DA ESPERANÇA	68
2.3. QUINTA DE SANTO ANTÓNIO/ QUINTA DE S.BRÁS	75
2.4. QUINTA DE S. VICENTE.....	81
3. CONCLUSÃO.....	92

II PARTE CONTRIBUTOS PARA A SUA VALORIZAÇÃO, REABILITAÇÃO E SALVAGUARDA

1. A QUINTA E O SEU VALOR PATRIMONIAL	101
2. PROPOSTAS DE REABILITAÇÃO E SALVAGUARDA.....	128

ANEXOS

ANEXO I: BREVE CARACTERIZAÇÃO BIOFÍSICA.....	147
ANEXO II: CONVENTO DO CARMO <i>versus</i> SANTA MARIA DE BELÉM.....	163
ANEXO III: PROCEDIMENTOS PARA QUE AS CASAS PARTICULARES POSSAM SER UTILIZADAS PARA TURISMO NO ESPAÇO RURAL.	177

BIBLIOGRAFIA

- FONTES CARTOGRÁFICAS E MATRIZES PREDIAIS..... 181
- LEGISLAÇÃO E RELATÓRIOS..... 181
- FONTES MANUSCRITAS..... 182
- FONTES IMPRESSAS 185

ÍNDICES

- ÍNDICE DE FIGURAS..... 191
 - FIGURAS DE ANEXOS..... 192
- ÍNDICE DE MAPAS 192
 - MAPAS DE ANEXOS..... 192
- ÍNDICE DE QUADROS..... 193
 - QUADROS DE ANEXOS..... 193

NORMAS DE TRANSCRIÇÃO

E

LISTA DE ABREVIATURAS

Nas transcrições foram respeitados integralmente os originais.

As abreviaturas usadas nas notas foram as seguintes:

ADB – Arquivo Distrital de Beja

ADE – Arquivo Distrital de Évora

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

CRPC – Conservatória do Registo Predial de Cuba

CRPFA – Conservatória do Registo Predial de Ferreira do Alentejo

CRPS – Conservatória do Registo Predial de Serpa

PDM – Plano Director Municipal

SPPC – Sociedade para a Preservação do Património Construído

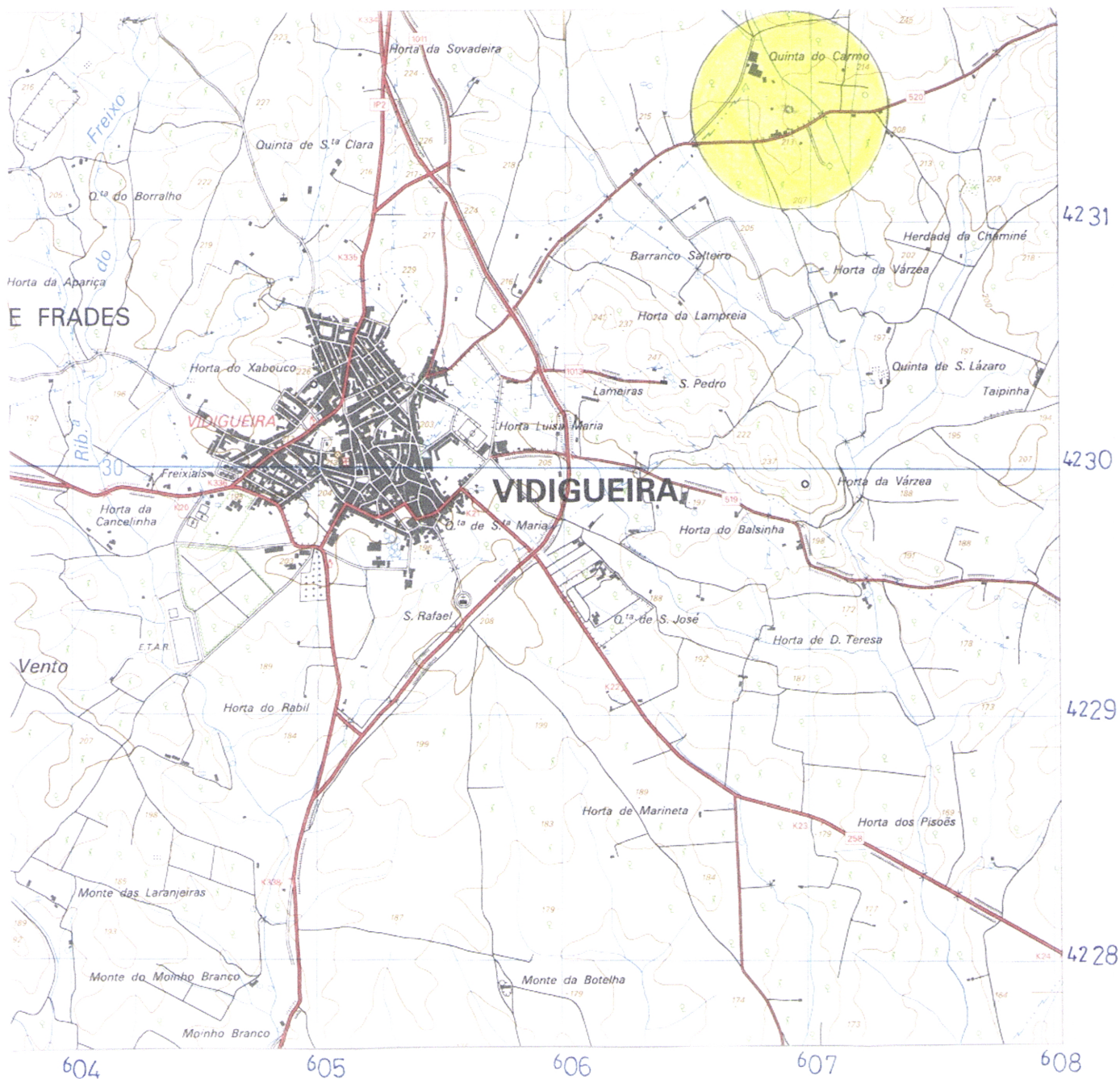
Quando, naquela manhã de sábado de 1996, tomámos lugar no autocarro da Universidade mal podíamos pensar que o propósito dessa visita de estudo constituísse a pedra fundamental do interesse que nos conduziu à realização do trabalho que hoje apresentamos.

Sáimos de Évora com destino a S. Domingos de Benfica, mais propriamente ao Palácio dos Marqueses de Fronteira. Não para visitarmos o edifício mas sim para recebermos uma aula *in loco*, nos seus jardins, no âmbito da disciplina da Arte Paisagista e dos Jardins ministrada pelo Professor Gonçalo Ribeiro Telles. Quem nos aguardava em Lisboa era a Professora Aurora Carapinha que, por várias vezes, alternou a docência com o Professor Telles, ensinando-nos o *a, b, c* da Arte de Jardinar. Quão importantes foram as lições dos Senhores Professores! O grande objectivo dessa visita foi, passadas algumas aulas teóricas sobre a organização do espaço dos jardins privados, observarmos um desses lugares para que em nosso conhecimento ficasse melhor percebida a informação teórica. Escolha melhor não podia ter havido!

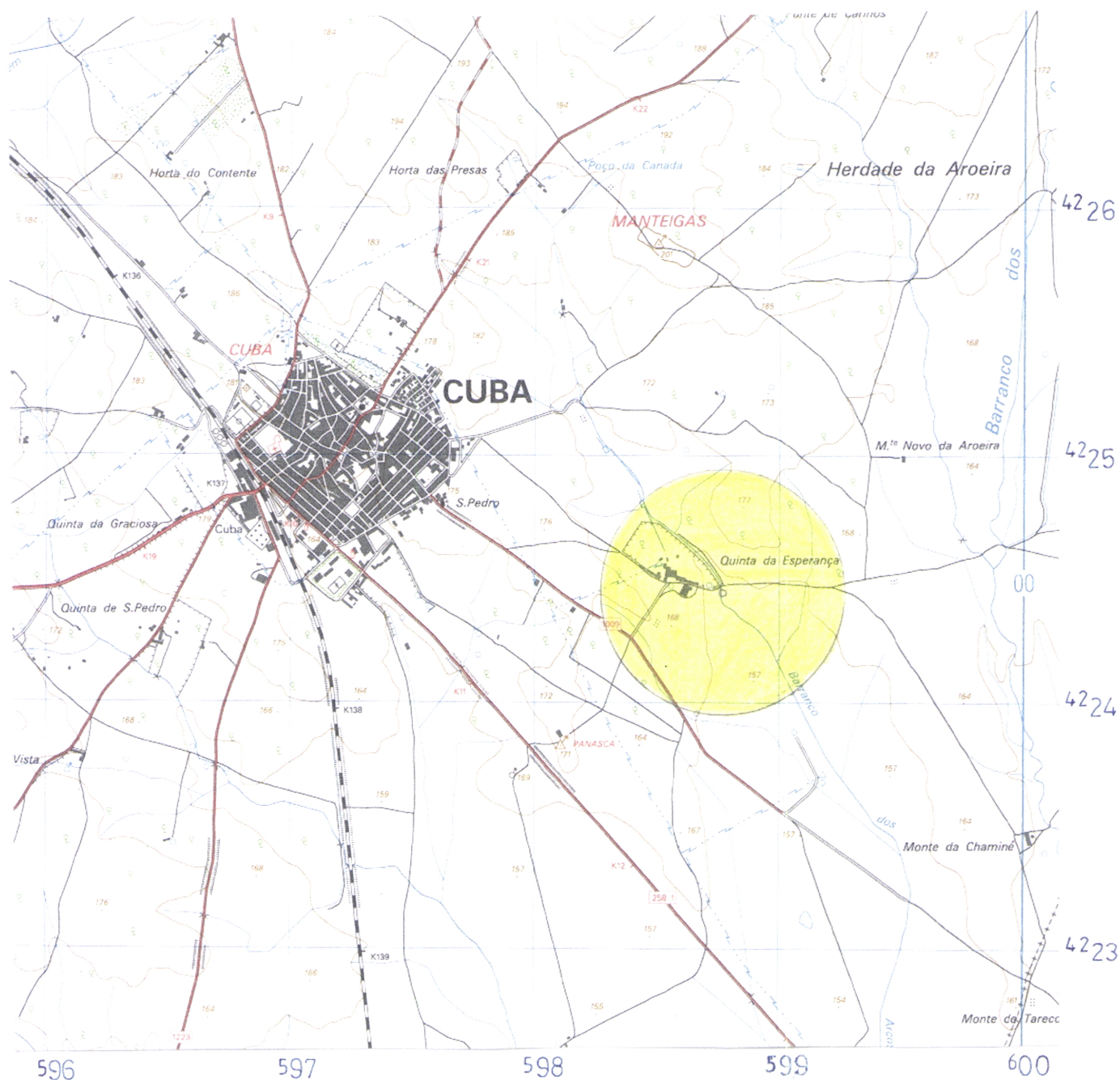
A Professora iniciou as explicações junto à escadaria que nos transporta do terraço do Palácio para o interior do Jardim do Buxo. O certo é que, passados um ou dois quartos de hora, embevecidos pelo que escutávamos e por tudo aquilo que nos era oferecido observar, soubemos logo que o tema do nosso trabalho iria incidir num assunto não muito distante do que no momento presenciávamos. Não seria *coisa* fácil, pois para nós o tema jardins visto na perspectiva arquitectónica era algo perfeitamente novo. Contudo, a nossa formação académica - História - muito podia contribuir para a sua concretização, nomeadamente ao nível histórico e económico-social que levaram à criação desses espaços: *as quintas*.

Foi após essa visita e na posse de algumas informações que possuíamos sobre um tipo de construções, a que não se chama montes, que lançamos mãos-à-obra, começando por identificá-las e localizá-las. Surgiram-nos, então, quatro desses prédios, todos inseridos geograficamente no distrito de Beja:

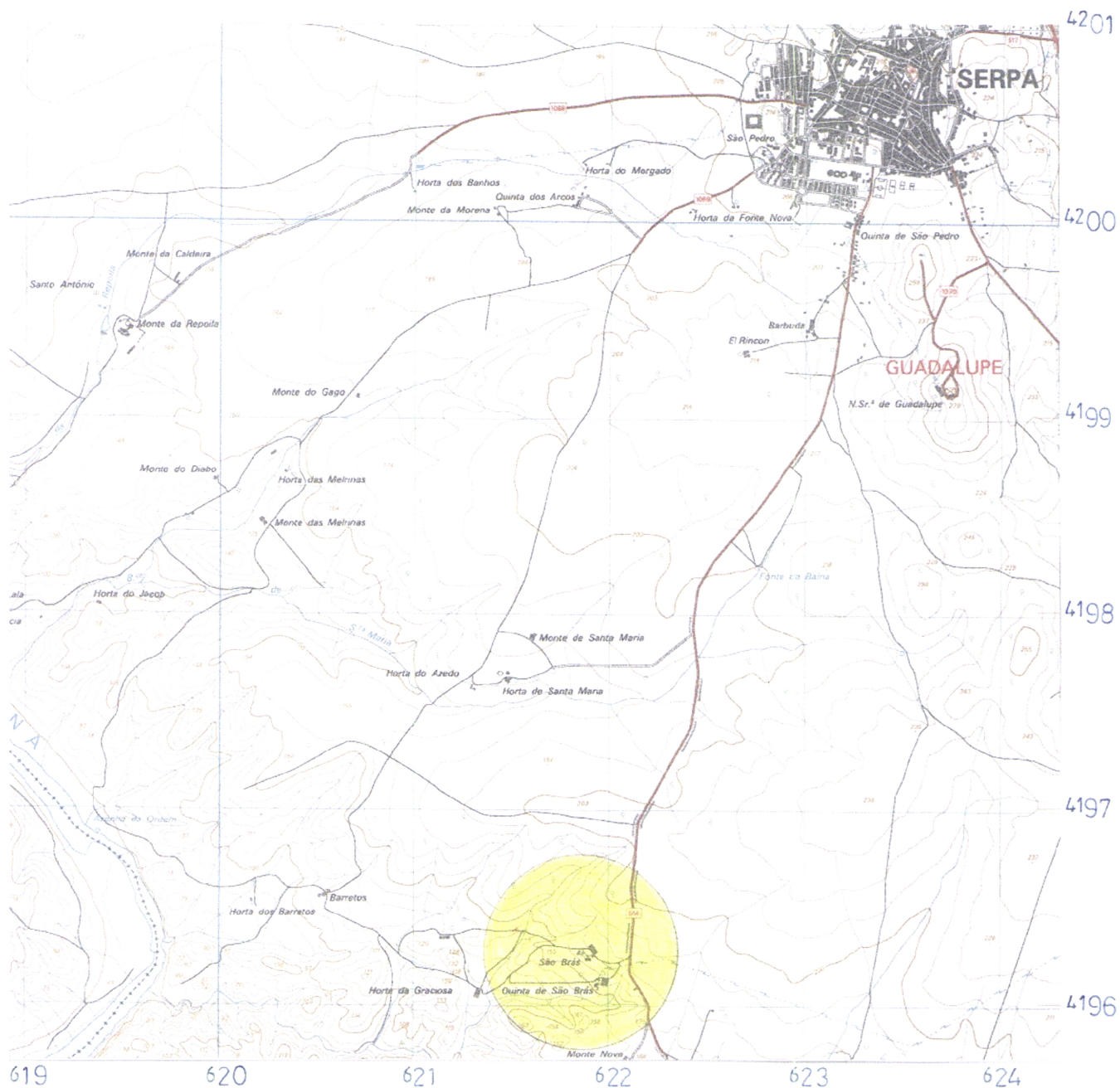
- Quinta do Carmo, no concelho de Vidigueira;
- Quinta da Esperança, no concelho de Cuba;
- Quinta de Santo António, também chamada de Quinta de S. Brás, no concelho de Serpa;
- Quinta de S. Vicente, no concelho de Ferreira do Alentejo.



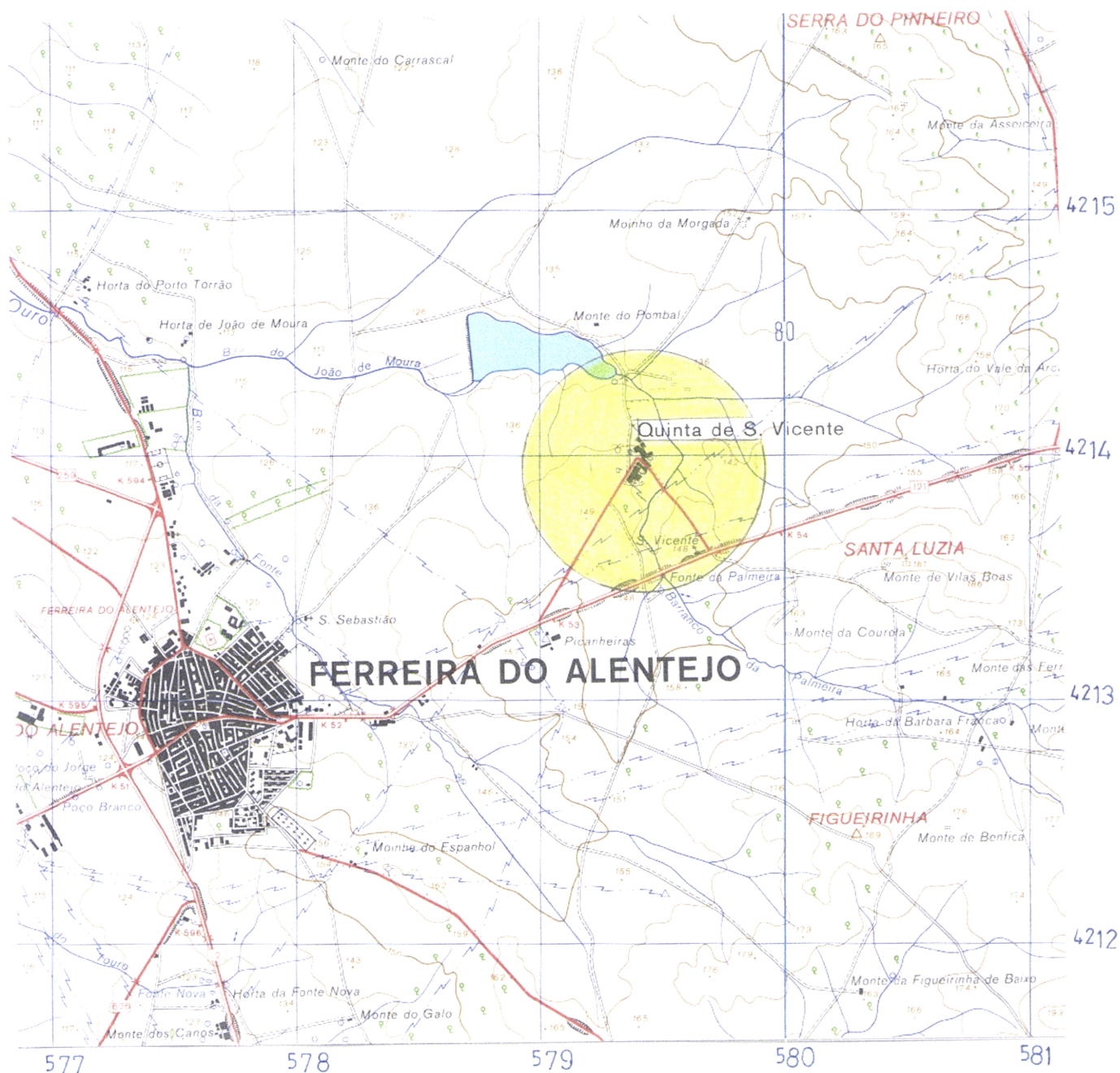
MAPA 1	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	
PRÉDIO	QUINTA DO CARMO	
CONCELHO	FREGUESIA	ESCALA
Vidigueira	Vidigueira	1/ 25 000
FONTE	<i>Carta Militar de Portugal, Série M888, Folha 499 – Instituto Geográfico do Exército (Edição 3 – 1994).</i>	



MAPA 2	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	
PRÉDIO	QUINTA DA ESPERANÇA	
CONCELHO	FREGUESIA	ESCALA
Cuba	Cuba	1/ 25 000
FONTE	<i>Carta Militar de Portugal, Série M888, Folha 499 – Instituto Geográfico do Exército (Edição 3 – 1994).</i>	



MAPA 3	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	
PRÉDIO	<i>QUINTA DE SANTO ANTÓNIO / S. BRÁS</i>	
CONCELHO	FREGUESIA	ESCALA APROXIMADA
Serpa	Santa Maria	1/ 32 000
FONTE	<i>Carta Militar de Portugal, Série M888, Folha 532 – Instituto Geográfico do Exército (Edição 3 – 1995).</i>	



MAPA 4	PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	
PRÉDIO	<i>QUINTA DE S. VICENTE</i>	
CONCELHO	FREGUESIA	ESCALA
Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	1/ 25 000
FONTE	<i>Carta Militar de Portugal, Série M888, Folha 509 – Serviço Cartográfico do Exército (Edição 2 – 1987).</i>	

Na sua maioria, com excepção da Quinta de Santo António / S. Brás, elas faziam parte e encontravam-se integradas dentro de extensas propriedades agrícolas funcionando como casas de herdade, nas quais os seus proprietários estabeleceram residência permanente e administraram a sua casa agrícola. Duas delas, a Quinta do Carmo e a de S. Vicente continuam a fazer parte das herdades que se estendem para lá dos seus muros.

É óbvio que, a utilidade que estas quintas alentejanas tiveram no passado é completamente diferente das que se situam à volta de Lisboa, pois enquanto estas foram mandadas construir para retiro / regalo dos grandes senhores que habitavam na cidade, aquelas apresentam-se com nítidas características de prédios rústicos servindo em simultâneo de moradias permanentes duma elite rural: *os Senhores da Terra*.

Para que o propósito do nosso estudo se conseguisse alcançar dividimos este trabalho em duas partes diferenciadas.

Na primeira procuramos focar os aspectos principais que se entendem determinantes para a existência destas propriedades: a sua localização geográfica (para um conhecimento dos factores biofísicos característicos desses lugares consulte-se o Anexo I); os seus ocupantes ao longo das várias fases da sua história e, por último estabelecemos as principais características de cada uma delas, procurando, ao mesmo tempo, referir os pontos que mostram ter em comum. Parece-nos que só do entendimento destes vários aspectos se pode perceber a verdadeira essência destas construções. Quanto aos seus proprietários, foi nosso intento enquadrá-los numa sociedade prioritariamente rural, da qual sobressaem e emergem devido ao seu poder económico, cultura e prestígio social. Este último bem reforçado pelos próprios e por um século XIX que os nobilitou através da concessão de títulos. No que se refere à sua tipologia consideramos ser fundamental caracterizar as quintas uma a uma, pois embora gozando da mesma designação, nem todas tiveram igual origem. Tipificá-las é, sem dúvida, importante na medida em que nos possibilita uma melhor caracterização e especificar as diferenças. Não obstante as suas particularidades, todas elas têm um lugar em comum: *o jardim*. Dentro dos muros construiu-se mais um compartimento da residência a céu-aberto. Nele procuraram-se as sombras, desfrutaram-se as cores, viveu-se deleitosamente em contacto com a Natureza. Mas não só! Esses espaços de intimidade onde elementos de produção compartilham harmoniosamente com criações de prazer foram também usados como símbolos emblemáticos dum poder e prestígio social que fez dos seus proprietários individualidades extremamente necessárias e, por isso, respeitadas. Nos jardins das quintas, aqui e além, aparecem sob as mais variadas formas (estatuária, azulejaria, tanques e lagos, etc.) sinais demonstrativos de um poder económico considerável, gosto diferenciado e riqueza cultural.

Aproveitou-se o jardim como cenário privilegiado onde foram representadas cenas - umas reais outras histórico-lendárias - dos mais ancestrais membros das famílias como prova de antiguidade, muitas vezes acompanhadas de brasões - pintados no azulejo, em estuque, mármore ou granito - onde se exibem os mais nobres apelidos ligados por laços matrimoniais.

Foi com base no conhecimento, um tanto vago, dessas construções que quando visitámos o Palácio Fronteira aumentámos o interesse por conhecê-las, estudá-las e pôr em evidência o seu valor patrimonial.

Na segunda parte e depois de se lhes reconhecer o seu valor enquanto elementos precisos do património edificado e paisagístico, apresentamos propostas que no futuro possam contribuir para a sua valorização, reabilitação e salvaguarda. Ao longo dos capítulos finais colocamos em realce aquilo que de mais significativo está associado à história das quintas - acontecimentos, personalidades, património móvel e imóvel - que nos fez considerá-las testemunhos vivos dum período específico da vida nacional.

Estamos conscientes que não esgotámos o assunto. Não devemos esquecer que tratando-se de casas particulares muita informação que hoje seria imprescindível não ficou registada o que nos obriga a levantar questões às quais só podemos responder mediante suposições. A falta de documentos escritos foi para nós um dos maiores entraves à investigação. Foram muitas as horas que investimos na pesquisa de documentação fundamental que pudesse satisfazer curiosidades a vários níveis: - *Quem foram os arquitectos que projectaram estas moradias e seus jardins?*; - *Quem traçou o plano de acréscimos levados a cabo nos edifícios?*; - *Que artistas pintaram telas magníficas e esculpiram leões, um Neptuno e as Estações do Ano?* Estas são algumas das perguntas que persistiram nas nossas mentes até à última fase deste trabalho. No entanto, embora constituindo momentos de angústia e nervosismo foram igualmente momentos de grandes descobertas. Muitas vezes consultando registos antigos na tentativa de encontrar o tão procurado, deparámos com informação preciosa que nos encorajou decisivamente e muito contribuiu para o enriquecimento deste texto.

Mas o encorajamento não existiu apenas naquilo que de novo íamos obtendo. Surgiu-nos também por parte daqueles que ficaram ao nosso lado, sem em altura nenhuma deixarem de nos apoiar. De todos eles as duas Marias (a minha mãe e a minha irmã) merecem um agradecimento muito especial, isto sem pretender votar para segundo plano o apoio da Maria Alexandra e do Zé Gonçalo (meus sobrinhos). Pretendemos também deixar expressa a gratidão pelo companheirismo da Maria Isabel (a minha namorada) que pacientemente soube

escutar as nossas queixas, sabendo sempre encorajar-nos. Outros houve que todas as vezes solicitadas se mostraram disponíveis para nos ajudarem no que quer que fosse. Referimo-nos:

- à orientadora, a Senhora Professora Aurora Carapinha a quem devemos agradecer pela boa-vontade demonstrada em sempre nos esclarecer as dúvidas, pela disponibilidade em nos atender mesmo fora-de-hora e pela forma com que orientou e encadeou as nossas ideias e decisões. Não esquecendo agradecer-lhe, é claro, ter-nos proporcionado a tão importante visita ao Palácio Fronteira;

- a todos os Senhores Professores que ao longo da parte curricular aguçaram o nosso gosto pelas obras do passado ao mesmo tempo que nos sensibilizavam para as suas fragilidades;

- à Senhora Dona Arlete, à Senhora Dona Francisquinha, à Senhora Dona Antonieta e ao Senhor António Silva pela simpatia com que sempre nos atenderam;

- à Brites, ao Carlos, à Cristina, à Alice, à Bi, à Anabela e à Olga Patanita pelo acolhimento aquando da nossa estada em Évora;

- ao Senhor Padre Carvalho, Prior da Igreja do Salvador (Serpa), que amavelmente disponibilizou para consulta o arquivo da Casa Paroquial;

- ao Senhor Rui Apolinário que nos auxiliou na pesquisa na Repartição de Finanças e Conservatória do Registo Predial de Serpa;

- aos Senhores Engenheiros Técnicos Agrários Francisco Canudo e Mateus da Palma Afonso pelos seus ensinamentos nas áreas agrícola, solos e climatologia;

- às Senhoras Doutoradas Maria João Pina (Núcleo Museológico de Ferreira do Alentejo) e Fátima Espírito Santo (Instituto de Meteorologia) pelos elementos fornecidos;

- à memória do Dr. Henrique Carvalho Costa (infelizmente falecido há poucos meses) pelos seus testemunhos orais acerca da origem da Quinta de Santo António / S. Brás;

- à Clara, à Natália e à Olga que pacientemente acataram as nossas exigências na apresentação a dar ao trabalho e ao Senhor Félix pela selecção e montagem cartográficas;

- aos proprietários e responsáveis pela guarda e manutenção das quintas: a Senhora Dona Maria Helena da Cunha Sampaio Pais Almeida; a Senhora Dona Maria de Los Dolores Cotado y Siguenza de Barahona Fragoso; ao Senhor Luís Passanha e ao Senhor Luís Baptista, pela simpatia e confiança com que nos receberam nas quintas e ainda pelas informações prestadas;

- a todos aqueles que infinitas vezes tivemos que prescindir da sua companhia para concluirmos este trabalho.

De uma forma ou de outra, a todos o meu **MUITO OBRIGADO!**

Outubro de 1999.

I PARTE
CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, HISTÓRICA
E SOCIAL

1. A TERRA E OS SEUS PROPRIETÁRIOS
2. AS QUINTAS – SUAS CARACTERÍSTICAS E TIPOLOGIA
 - 2.1. QUINTA DO CARMO
 - 2.2. QUINTA DA ESPERANÇA
 - 2.3. QUINTA DE SANTO ANTÓNIO/ QUINTA DE S.BRÁS
 - 2.4. QUINTA DE S. VICENTE
3. CONCLUSÃO

1. A TERRA E OS SEUS PROPRIETÁRIOS

O domínio da terra permaneceu nas mãos de senhores nobres e eclesiásticos até ao séc. XIX, altura em que a legislação liberal ataca frontalmente o poder económico desses grupos sociais através dos fenómenos desvinculador e desamortizador¹.

O vínculo – conjunto de bens de um morgado – ganha expressão em Portugal a partir do séc. XIII. Traduziu-se numa forma institucional e jurídica com o objectivo de defender a base económica territorial da nobreza.

De acordo com o sistema dos morgados, os domínios senhoriais eram inalienáveis, indivisíveis e insusceptíveis de partilha por morte do seu titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente varão primogénito; na falta de filho do sexo masculino, podiam passar à linha feminina; porém, logo que houvesse descendente varão, o conjunto de bens do morgado pertencia-lhe, tomando a sua posse desde os 18 anos. Deste modo se evitava a desarticulação dos domínios senhoriais. Por isso se dizia também que o conjunto de bens dum morgado eram um “vínculo”, visto tais bens estarem vinculados à perpetuação do poder económico da família de que faziam parte ao longo das suas sucessivas gerações. Aliás, não foram só os morgados que constituíram vínculos. Tal instituição aplicou-se também largamente por meio de afectação de domínios e seus rendimentos a serviços religiosos...².

Se os morgados nos aparecem no séc. XIII ocasional e dispersamente, no século seguinte eles espalham-se, adquirindo grande importância sob o ponto de vista institucional.

É sabido que, em termos sociais, os morgados eram extraordinariamente prejudiciais para os filhos segundos, sendo estes obrigados a enveredar por uma vida religiosa ou ingressar no Exército. As filhas se eram possuidoras de dote podiam ainda conseguir casamento com elementos do seu grupo social. Em caso contrário, a clausura proporcionava-lhes uma vida regrada até ao final dos seus dias.

Não é nosso intento analisarmos a legislação portuguesa que tentou pôr algum entrave a esta situação. No entanto, é de salientar que os filhos segundos tiveram que esperar, para ver melhorado o seu futuro, até à publicação do Decreto de 19 de Maio de 1863 que “...encerrou a história dos morgados em Portugal, visto tê-los abolido, só abrindo uma excepção para a Casa de Bragança, cujos bens, pelo seu artigo 13º, foram declarados apanágio do príncipe real e sucessor da coroa, conforme a carta-patente de 27 de Outubro de

¹ “Por desamortização entendemos ... o acontecimento revolucionário que, no contexto da institucionalização da ideologia liberal e da implantação do aparelho de Estado burguês, consistiu na elaboração e aplicação dum processo legislativo que, desmantelando a estrutura fundiária dominante do Antigo Regime, faria incorporar na posse do Estado, primeiro, e transferir, em seguida, para o domínio individual, por meio de venda em hasta pública, os bens considerados de mão-morta. Trata-se de um fenómeno de uma problemática complexa que pressupunha e implicava, no quadro dum novo regime e duma nova sociedade, o desmoronar de velhas estruturas e sua substituição acelerada por novos esquemas e critérios de fundamentação jurídica e funcionamento económico da propriedade fundiária.”, António Martins da SILVA, 1981, p. 60.

² Armando de CASTRO, 1989, p.345.

1645.”³.

No que diz respeito à amortização, em épocas anteriores à Revolução de 1820, a Coroa havia já tomado consciência de tão desvantajosa situação. Daí não ser novidade a promulgação das conhecidas “...leis contra a amortização que se destinavam a bloquear o aumento desmesurado e inconveniente dos bens de corporações eclesiásticas ou outros institutos que não eram alvo da actuação do fisco, e que remontavam a tempos longínquos da nacionalidade...”⁴. Contudo, “...estas medidas não punham em causa a instituição de mão-morta, nem apontavam minimamente para a sua supressão estrutural...”⁵. As mesmas revestiam-se apenas de um carácter atenuador e preventivo contra certos abusos que nenhuma vantagem trazia à Coroa.

Tanto a amortização bem como a vinculação foram definindo e consolidando, ao longo dos tempos, o regime jurídico da propriedade fundiária senhorial, indivisível e inalienável.

A abolição da amortização apresentava-se, aos olhos dos contemporâneos, como um fenómeno a repudiar não somente pelo facto de um enorme conjunto de bens imobiliários passar facilmente para a mão de particulares mas também porque o preço pago no acto da aquisição era, muitas vezes, inferior ao seu valor real.

Esta situação adquiria um carácter simplista se pretendêssemos ver nela interesses unicamente políticos. Torna-se imprescindível a sua contextualização de forma mais alargada procurando para além dos aspectos políticos causas de natureza económica, financeira e social. É tentando conhecer este conjunto de aspectos que nos é possível compreender as alterações estruturais anunciadas pelo Estado liberal.

Como ponto de partida devemos ter em atenção que tal fenómeno desamortizador não foi exclusivo de Portugal. Noutros países como a França, a Itália, a Espanha, entre outros, revestiu-se das mesmas características, as quais são próprias de períodos revolucionários que anunciavam a chegada do mundo moderno.

A guerra civil entre absolutistas e liberais chegava ao fim com a tomada de consciência de D. Miguel e dos seus partidários que, vendo-se sem recursos, depuseram as armas e negociaram um acordo que foi assinado em 1834, em Évora-Monte, ficando a designar-se por Convenção de Évora-Monte. A assinatura deste acordo trouxe a Portugal um período de paz, tornando-se imperiosa uma série de medidas que reforçassem e garantissem a vitória da regência de D. Pedro.

³ Armando de CASTRO, *ob. cit.*, p.348 e José Máximo de Castro Neto Leite e VASCONCELLOS, 1864, pp. 200 e 201.

⁴ António Martins da SILVA, *ob. cit.*, p.61.

⁵ *Idem, ibidem*, p.61.

Dois importantes problemas tinham, desde logo, que ser resolvidos: a consolidação política do regime e a superação da crise financeira.

Financeiramente, o País encontrava-se numa situação de crise que se vinha arrastando desde o início do século XIX, agravada pelas flutuações dos anos 20, desembocando, em 1832, na guerra civil. A dívida do Estado era agora acrescida com as despesas de guerra. Devido às perdas humanas, à situação do Tesouro e ao arruinamento dos contribuintes, o Governo liberal viu-se obrigado a endividar-se.

Conscientes das dificuldades, os portugueses interrogaram-se sobre o meio mais rápido a adoptar para fazer face à dívida pública e ao défice orçamental. O meio a encontrar seria tanto mais vantajoso se, por um lado, viesse resolver a situação financeira e por outro, constituir um entrave às recentemente destronadas ideias absolutistas vindo, deste modo, a consolidar o regime liberal.

É neste contexto que nos surge o tão polémico Decreto de 30 de Maio de 1834. *“Embora datado de 28 de Maio, este diploma, que extinguiu em Portugal todas as ordens religiosas masculinas e nacionalizou os respectivos bens, é precedido por um extenso relatório justificativo, com a data de 30 de Maio, e, como tal, ficou a ser conhecido.”*⁶

Não pensemos que o radicalismo tomado com este decreto era fruto da oposição dos liberais em relação a algum princípio doutrinário da Igreja. A ideia de extinguir as ordens religiosas em Portugal não se havia colocado, agora, pela primeira vez. Desde o tempo do Marquês de Pombal que o Governo tivera intenções e tentara a supressão das ordens regulares e a nacionalização dos seus bens.

Aos liberais interessava, dentro da Igreja, abolir as instituições regulares, aqueles que se manifestavam os maiores inimigos da extinção e que viviam em perfeita amizade com o absolutismo. Conseguindo-se tal proeza, tornava-se mais difícil o regresso desse regime e era mais fácil garantir a vitória da nova ordem política. Ficavam, assim, poupadas as ordens religiosas femininas por não constituírem uma ameaça verdadeira e pelas razões de natureza social e humana a que estavam ligadas e ainda o clero secular pela facilidade que existia em ser controlado pelo poder político e pela dependência que se estabelecia entre os seus representantes e este poder. O teor do Decreto de 30 de Maio não nos deixa quaisquer dúvidas na sua intenção.

Era consensual a opinião de que a venda dos bens nacionais traria imensos benefícios financeiros, pois levar a hasta pública uma enorme massa de riqueza nacionalizada

⁶ António Martins da SILVA, 1993, p. 341.

significava, entre outros aspectos, a solução para aliviar as finanças públicas e culmar de vez a dívida do Estado. Estas ideias transparecem claramente nas palavras de António Martins da Silva:

Sintetizando o que sobre a matéria se desenvolveu nos relatórios, nas intervenções e declarações produzidas, destaca-se o objectivo financeiro como a preocupação primeira de muitos deputados e do governo em face da situação deplorável em que se encontravam os fundos do Estado, numa altura em que o país acabava de sair duma guerra que ceifou contribuintes, agravou o estado geral do comércio e da indústria e desbaratinou até à exaustão as já periclitantes e ruinosas finanças públicas.⁷

Sob o ponto de vista político e social, a extinção não somente fazia desaparecer o grupo que mais apoiava o absolutismo como, com a venda dos seus bens, se pretendia “...multiplicar o número de proprietários, dividindo os prédios e criando condições de acesso à compra dos mesmos por amplas camadas da população, a fim de se alargar a base social de apoio ao novo regime e, por essa via também, consolidar as instituições políticas liberais...”⁸.

Por último, são igualmente invocadas vantagens económicas. É sabido que o País enfrentava, na altura, uma forte crise que se reflectia ao nível agrícola, industrial e comercial. Deste modo, tais bens passariam para as mãos de pessoas laboriosas com espírito de iniciativa e capacidade investidora que proporcionassem o desenvolvimento dos diferentes sectores económicos, produzindo riqueza e fomentando a prosperidade da Nação.

A venda dos bens nacionais era encarada, pelos dirigentes políticos contemporâneos, como a solução mais rápida e segura para a superação da crise generalizada. Enfim, a cura para todos os males que, à época, sofriamos.

Foi este conjunto de razões que serviu de base à venda em hasta pública de uma enorme riqueza que durante séculos permaneceu nas mãos do clero regular.

Será oportuno pensarmos até que ponto a venda foi a solução para resolver o problema financeiro. Ao que parece, o resultado das vendas em hasta pública foi decepcionante para o Estado. O mesmo já não se pode dizer em relação aos particulares que correram à praça.

Se tivermos presente que por volta de 1830 a dívida pública total era aproximadamente de 60 000 contos de réis e os défices orçamentais se situavam entre os 3 000 e os 4 000 contos de réis – tal era a grave situação das nossas finanças – e que os resultados das arrematações em hasta pública foram de 6 600 contos de réis, rapidamente concluiremos que o montante

⁷ António Martins da SILVA, 1981, p. 79.

⁸ *Idem*, 1993, p. 346.

conseguido se tornou insignificante face ao alto valor da dívida portuguesa⁹.

A situação adquiriu um carácter ainda mais delicado devido à forma de pagamento utilizado:

Mais de metade desta importância (58%) foi paga com títulos admissíveis na compra de bens nacionais, também conhecidos por títulos azuis... Ora, estes títulos foram, na sua quase totalidade, concedidos graciosamente para pagamento de indemnizações e doações, de soldos e ordenados a militares e a funcionários públicos, como compensação pela sua fidelidade à rainha e à Carta Constitucional, e, sendo assim, em nada contribuíram para a amortização da dívida pública. Esta amortização só teria sido conseguida se se tivesse aplicado na compra de bens títulos de dívida ou dinheiro efectivo, que permitisse o resgate destes títulos no mercado. Mas o produto em dinheiro foi também relativamente exíguo e parte significativa do mesmo não entrou de imediato nos cofres do Estado, já que era respeitante a prédios vendidos a prestações.¹⁰

Os interesses públicos ficaram, assim, prejudicados face aos interesses dos beneficiários da desamortização.

António Martins da Silva ao abordar o assunto no que se refere às instituições que sofreram mais duramente com a desamortização, afirma-nos que as ordens religiosas não foram as únicas instituições lesadas, “... algumas instituições laicas ou civis não escaparam também a esta invasão jurídica de libertação da propriedade, apesar de ... o instituto vincular, na forma de morgadio e como base do poder económico da nobreza, não ter sido, por agora e durante longo tempo ainda, praticamente afectado...”¹¹. Em relação aos compradores dos bens, o mesmo autor salienta que, “Entre os maiores compradores em volume de arrematações situam-se muitos nomes sonantes da época: os 20 maiores (que constituem 1% do total de arrematantes e pagaram cerca de um terço do valor global da arrematação) são membros da classe política, elementos da nobreza e da alta burguesia, grandes negociantes e proprietários conhecidos.”¹².

Saliente-se que todos os grupos sociais beneficiaram das arrematações, inclusivamente clérigos e elementos das classes médias e populares, havendo, pois, uma forte desigualdade na parte que coube a cada um. Contudo, e se de início um dos propósitos da venda dos bens nacionais era uma maior distribuição social da propriedade, verificou-se que a maioria dos ditos bens se concentraram nas mãos de um pequeno grupo de compradores: os mais favorecidos. Tal situação foi bastante visível em distritos do interior do País e em zonas

⁹ Cf. António Martins da SILVA, 1993, p. 348.

¹⁰ *Idem, ibidem*, pp.348 e 349.

¹¹ *Idem*, 1981, p.72.

¹² *Idem*, 1993, p.350.

predominantemente rurais. O certo é que essa maior repartição da propriedade pelos diferentes grupos sociais não se conseguiu como se pensava uma vez que os que mais beneficiaram com a desamortização foram a nobreza e a classe média, tendo a nobreza adquirido “...os prédios mais valiosos no preço e no tipo...” enquanto a classe média “...foi responsável pelo pagamento da maior parte dos lotes e do valor da arrematação.”¹³ Se tivermos em atenção este segundo grupo social, acabamos por verificar que a distribuição de bens não se realizou de forma homogénea. Assim, a burguesia, nomeadamente a burguesia de negócios detentora de enorme riqueza, tornou-se a grande proprietária; os funcionários públicos – quadros médios e superiores da administração civil e militar, magistrados e professores – arremataram uma parte considerável dos valores levados a hasta pública.

Os prédios de valor reduzido ou de valor mais baixo acabaram por ir parar às mãos dos restantes grupos sociais, entre eles membros da família real, bispos e sacerdotes e elementos das classes populares (basicamente os do meio rural). Os prédios de maior valor devido à sua procura incessante, principalmente por nobres, viram aumentar o seu preço de arrematação, face ao valor base que lhes foi atribuído para licitação.

Por último, e servindo para reforçar a ideia anteriormente por nós apresentada de que a venda dos bens nacionais não tornou possível uma maior distribuição social da propriedade, resta-nos referir que a este enorme leilão afluíram muitas individualidades políticas da época, pessoas que haviam exercido importantes cargos governamentais, parlamentares, entre outros, os quais tiveram uma participação activa no grupo de arrematadores.

Contrariamente ao pregão dos deputados e restantes dirigentes, entre 1834 e 1843¹⁴, as

¹³ António Martins da SILVA, 1993, p.350.

¹⁴ António Martins da Silva considera três grandes etapas na evolução do processo desamortizador tendo em conta as Cortes de 1821, altura em que se iniciara verdadeiramente o movimento desamortizador: “... de 1821 a 1823, de 1832 a 1843 e de 1861 a 1873. No primeiro período inscreve-se a publicação do Decreto de 5 de Maio de 1821, pelo qual se nacionalizaram os bens da coroa (propriedades, capelas, direitos reais e comendas das ordens militares e de Malta) – e, por isso, se passaram a designar “bens nacionais”; decidiu-se também a sua venda em hasta pública. Todavia, esta alvorada desamortizadora do triénio liberal seria interrompida pela sequência dos acontecimentos, já que a alteração política, a partir de 1823, não era favorável à prossecução da obra apenas esboçada.

Foi preciso aguardar a instalação do governo da regência na ilha Terceira e, depois, a vitória liberal, em 1834, para que o machado desamortizador desferisse novos e decisivos golpes – agora profundos e insanáveis. Nesta segunda etapa, a medida mais importante foi... o Decreto de 30 de Maio de 1834, que extinguiu as ordens religiosas masculinas e nacionalizou os seus bens, para serem leiloados, na sua maior parte, pouco depois. Por volta de 1843 a venda dos prédios que tinham pertencido às ordens regulares e a outros estabelecimentos extintos estava praticamente concluída, embora o movimento prosseguisse nos anos subsequentes...

Na década de 60 assistir-se-ia a novo impulso no processo de alienações de bens nacionais. Será a desamortização dos bens das freiras e das igrejas (Lei de 4 de Abril de 1861), das câmaras, das paróquias, das irmandades, das confrarias, dos hospitais, dos recolhimentos, das misericórdias e dos demais institutos pios... (Lei de 22 de Junho de 1866), dos passais, dos baldios e dos estabelecimentos de instrução pública (Lei de 28 de Agosto de 1869)...

Não se conhece, por enquanto, a dimensão quantitativa nem as consequências económicas, financeiras e sociais de todo este processo. Pensamos, todavia, que a fase decisiva de 1834 a 1843, decorrente da extinção

propriedades postas em praça não se viram repartidas pelas mais diferentes camadas populacionais:

*Mas, em contrapartida, uma elite se ergueu sobre os escombros das ruínas provocadas pela extinção dos conventos e sobre a miséria dos seus ex-moradores. Foram... os nobres antigos e os enobrecidos recentes, não hostis ao regime; e os não nobres também, favorecidos pela sorte, ou pelo dinheiro, ou pela política... Foi também a classe política: o grupo daqueles que, instalados no Poder ou perto dele, mais facilmente se puderam socorrer dos meios e das condições necessárias para acederem a uma fatia razoável na partilha do bolo no leilão dos prédios nacionais. Se já eram privilegiados antes, tornaram-se poderosos agora...*¹⁵

É neste contexto da política liberal – a desamortização – que surge o primeiro objecto em estudo: o Convento de Nossa Senhora das Relíquias, também conhecido por Convento do Carmo de Vidigueira.

Desde o Decreto de D. Pedro IV, de 30 de Maio de 1834, até ao ano de 1841, o convento carmelita ficara ao abandono sendo, a 20 de Setembro deste último ano, juntamente com a cerca conventual, colocado em hasta pública e arrematado por D. José Gil Tojo Borja de Meneses pela quantia de 3 300\$00 réis¹⁶.

Para conhecermos a história do Convento do Carmo, para sabermos quem foram os seus moradores e até mesmo para entendermos as várias designações que, ao longo dos tempos, lhe foram sendo atribuídas, torna-se necessário recuarmos alguns séculos até chegarmos ao ano da sua fundação.

Como aconteceu com outros locais de peregrinação e estabelecimento de ordens religiosas, também a história da fundação do Convento das Relíquias está ligada ao aspecto lendário.

*“O ex-convento de Nossa Senhora do Carmo fica pouco mais de 1 Kilometro distante da Vidigueira, para o lado do norte: campeia n’uma formosa varzea, servindo-lhe de limites a grande cordilheira que vae terminar a Portel, sitio conhecido pelos antigos com o nome de Zambujal”*¹⁷. Foi precisamente aqui, na Várzea do Zambujal, segundo reza a tradição, que, por volta de 1480 ou 1481, a Virgem Maria apareceu a uma jovem pastora. Vejamos o que nos diz Fr. José Pereira de Santa Ana, na *Crónica dos Carmelitas*, sobre o milagre da Virgem:

das ordens religiosas, é de importância fundamental: pelo volume e pela qualidade dos bens expropriados, pelos problemas surgidos, pelas questões suscitadas, pelas expectativas criadas, pelos resultados conseguidos.”, António Martins da SILVA, 1993, pp. 339 e 340.

¹⁵ *Idem, ibidem*, p.352.

¹⁶ *Carta de Arrematação nº 930A – Convento do Carmo de Vidigueira, Direcção Geral dos Proprios Nacionaes, 2ª Repartição, Livro 13 A, Crédito Público, Cartas D’Arrematação nºs 901 a 1200, ANTT.*

¹⁷ Augusto Carlos Teixeira de ARAGÃO, 1898, p.167.

No monte dos Alfayates immediato á varzea desta villa... vivia hum devoto lavrador, chamado Pedro Affonso com sua mulher Margarida Fernandes. Tinhaõ huma filha donzella, cujo nome era Maria, que costumava guardar o gado. Em huma manhã de Inverno, havendo de sahir pela mayor força do frio ao seu quotidiano exercicio, pedia á mãy que lhe dêsse paõ para o almoço. A mãy lhe respondeo com verdade, dizendo, que o não havia em casa; e que fosse (como era preciso) acompanhar o gado; porque ella ficava para amassar, e cozer o paõ, que acharia prompto para o comer, quando se recolhesse. Obedeceo a virtuosa menina sem replica: e conduzindo o gado para a varzea, assim que alli chegou, sentando-se debaixo de hum zambugeiro, foy taõ opprimida de fome, que por falta de sofrimento se poz a fazer hum grande pranto. Ao mesmo tempo percebeo huma voz, que do alto, proferindo primeiro o seu nome, lhe perguntou, porque chorava? Acodindo ao doce ecco, levantou os ólhos, e vio sobre a mesma arvore huma fermosissima Senhora cercada de celestiaes resplandores, que pronunciando o seu proprio nome, outra vez lhe perguntou, porque chorava? Respondeo a menina... dizendo: Que chorava, porque sendo tempo de frio, a mandaraõ para aquelle trabalho, sem lhe darem paõ para comer.

A soberana Mãy de Deos... depois que a ouvio, lhe mandou, que fosse a casa, e tornasse a pedir paõ á mãy: e no caso, que lho não dêsse, lhe perguntasse, que o acharia na arca, onde o costumava guardar: e que entre tanto ella lhe teria cuidado no gado, até que voltasse. A venturosa menina executou promptamente o mandado da Senhora: e assim que chegou a casa, sabendo que a mãy não tinha ainda amassado, instou com ella, para que fosse á arca do paõ a buscalo, certificandolhe, que infallivelmente o havia de achar. A mãy, querendo dar á filha o ultimo desengano, a chamou, e abriu na sua presença a arca: mas entaõ ficou sobremaneira admirada; porque com effeito estava a dita arca cheya de paõ... Inquirindo pois da mesma menina as circumstancias do presente caso, e ouvindo-a referir o que na varzea lhe acontecera, justamente creio, que o successo era milagroso. Delle deo conta ao marido, e este o participou logo aos visinhos do lugar; os quaes alvoroçados com a novidade, vieraõ em seguimento da menina até o zambugeiro, que ella lhes mostrou; e sobre esta arvore... acharaõ a Santa Imagem da Mãy de Deos...¹⁸

Correu rapidamente a noticia de tal milagre por aquelas partes, chegando mesmo à Vidigueira, povoação mais próxima. Os moradores destes lugares não podendo prestar o devido culto à Virgem no local da aparição, conduziram a Imagem em procissão para a Ermida de Santa Clara dos Olivais (à época Igreja Matriz). No dia seguinte, regressaram à igreja e para seu espanto não encontraram a imagem da Senhora. Voltaram à varzea e foram encontrá-la no mesmo tronco do zambujeiro de onde a haviam trazido no dia anterior.

Esta situação milagrosa repetira-se, até que, à terceira vez, os moradores do Monte dos Alfaiates e demais vizinhos resolveram edificar no local das aparições uma ermida para prestação de culto à Virgem das Relíquias¹⁹.

Esqueçamos, pelo menos por agora, o aspecto lendário que está ligado à fundação da primeira casa da Virgem e fixemo-nos unicamente no que de certo nos é possível comprovar.

Foi nessa ermida que, durante alguns anos, muitos fiéis acorreram para pedir auxílio à

¹⁸ Fr. José Pereira de SANTA ANA, MDCCLI, pp. 314 e 315.

¹⁹ Augusto Carlos Teixeira de ARAGÃO, 1871, p.22.

Imagem Sagrada, sendo na época governada por um juiz e mordomos que os confrades de Nossa Senhora das Relíquias iam elegendo. O local deve ter sido muito procurado, pois os irmãos desta confraria sentiram a necessidade de entregar a ermida a uma ordem religiosa, escolhendo para tal responsabilidade a Ordem do Carmo. Para o acolhimento dos religiosos – vindos do Convento do Carmo de Moura – foi construído um pequeno dormitório onde os carmelitas iniciaram clausura confirmada por alvará de D. Manuel passado em Montemor e datado de 7 de Janeiro do ano de 1496²⁰.

*Logo se deu cumprimento ao que o monarca determinara e em 1 de Fevereiro o contador Brás Luís conferiu ao provincial da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, o bacharel Fr. Rodrigo de Beja, posse da ermida e dos terrenos anexos, cedidos por Afonso Perdigueiro, bem como dos terrenos em que se tinha começado a construir o convento e que haviam sido doados por Pedro Afonso e sua mulher, Margarida Fernandes. E a data desta tomada de posse se considera como a da fundação do convento.*²¹

O culto à Virgem das Relíquias tornou-se, logo nos primeiros anos que se seguiram à fundação do convento, muito intenso, de tal modo que se sentiu necessidade da substituição da pequena ermida por uma igreja maior. Esta segunda de invocação a Nossa Senhora da Piedade, fundada por Lourenço Moreno, segundo escritura lavrada, em Lisboa, a 28 de Fevereiro de 1544²². Até finais do séc.XVI venerou-se aquela Imagem neste templo. Muito embora esta fosse “...maior em comparação da primeira... não bastava a receber em si commodamente o consideravel numero de devotos, que obrigados aos favores da Mãe de Deos, a visitavaõ nos dias solemnes.”²³. Esta teria sido uma das causas pela qual, no ano de 1593, a segunda se fez substituir por uma terceira e grandiosa igreja. Túlio Espanca dá-nos uma outra razão para esta construção que se prende às intenções dos descendentes de Vasco da Gama. A edificação de uma igreja de grandes dimensões, construída de raiz, foi determinação de D. Miguel da Gama, neto do grande almirante dos mares da Índia, que, após ter feito fortuna no Oriente regressou a Portugal. Era sua intenção que, no Santuário das Relíquias fossem colocadas as ossadas dos seus antepassados²⁴.

O certo é que, quando Vasco da Gama, após ter recebido, em finais do ano de 1519, o título de Conde de Vidigueira – entre outros privilégios –, por parte do Rei D. Manuel²⁵, pelo seu feito grandioso, e decide residir no Paço do Castelo desta vila, existia já um enorme e

²⁰ José A. Palma CAETANO, 1994, p.188.

²¹ *Idem, ibidem*, pp.188 e 189.

²² Túlio ESPANCA, MCMXCII, p.377.

²³ Fr. José Pereira de SANTA ANA, *ob. cit.*, p.322.

²⁴ Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, p.377.

²⁵ José A. Palma CAETANO, *ob. cit.*, p.89.

fervoroso culto a Nossa Senhora das Relíquias. Numa das muitas devotas visitas que fez ao convento com a sua esposa, D. Catarina de Ataíde, “...concertou com os frades instituir capela perpétua no altar-mor da Igreja, reservando lugar para os seus restos e os dos seus descendentes...”²⁶.

O exposto anteriormente leva-nos a crer que terão sido duas as razões que estiveram na origem da substituição do segundo pelo terceiro e último templo do convento carmelita: a afluência de devotos que a ele acorriam e, por isso, a falta de espaço para os acolher e a intenção que vinha já desde D. Vasco da Gama de aí repousarem os restos mortais do almirante e seus descendentes.

Foi devido à devoção e riqueza de D. Miguel da Gama juntamente com o Padre André Coutinho, que se erigiu a mais recente Igreja das Relíquias. O Padre André Coutinho, natural da cidade do Porto, andou por terras do Oriente onde adquiriu uma enorme fortuna. Fez amizade com D. Miguel da Gama por essas partes e na viagem de regresso D. Miguel convenceu-o a não se instalar na sua cidade natal e a ingressar no Convento do Carmo de Vidigueira, colocando-o à par do milagre e devoção que os habitantes desta região tinham à Virgem. Depois de convencido, chegou à vila alentejana e “...ajustou com D. Miguel da Gama o fazerem entre ambos á Mãe de Deos o donativo de outra Igreja... onde nas occasioens festivas se comprehendesse o immenso povo, que nesse tempo... ficava fóra... por não caber no seu limitado ambito.”²⁷.

Convento do Carmo ou Convento de Nossa Senhora das Relíquias? Em nossa opinião ambas as designações são aceites. A primeira vez que nos deslocámos à Vidigueira e procurámos a Quinta do Carmo tivemos, desde logo, oportunidade de ficar a conhecer as várias designações porque é conhecida. No largo frente ao edifício da Câmara – a Praça da República – encontravam-se alguns homens, aos quais nos dirigimos com o objectivo de nos informarem sobre o caminho da quinta. Mal perguntámos sobre a sua localização, iniciou-se um diálogo entre eles, um pouco turbulento, levantado por um deles que, no momento, não entendeu o que procurávamos. As outras vozes proferiram atributos como: - *O Convento do Carmo!*; - *a Antiga Igreja da Senhora das Relíquias!*; ao que, o inicialmente interrogado respondeu prontamente: - *Ah! Sim. O Antigo Convento dos Frades!*

Não nos admiremos com todas estas designações. Elas surgem-nos, com pouca diferença, nos estudos históricos que têm vindo a ser publicados desde a sua fundação até aos nossos dias.

²⁶ Cândido MARRECCAS, 1969, p.65.

²⁷ Fr. José Pereira de SANTA ANA, *ob. cit.*, p.324.

Fr. José Pereira de Santa Ana ao reflectir sobre o título da Senhora das Relíquias refere que:

...Frey Luiz de Mertola... fallando á cerca do titulo do Convento da Vidigueira, diz: Se chama de Nossa Senhora das Relíquias, ou pelas muitas, que em si tem, ou por ser a mesma Imagem huma Reliquia do Ceo. O certo he, que o Convento.. se enriqueceo de Reliquias, quando se edificou a nova, e magnifica Igreja, que hoje existe, a qual he a terceira das que alli se lavrarão... e no... Alvará²⁸ lemos, que quando a sua primeira Ermida nos foy doada para fundarmos o Convento, já se chamava Casa de Santa MARIA das Reliquias. E posto que ElRey mandou a Braz Luiz, que ao Provincial entregasse o Mosteiro, quis dizer, que tambem lhe dêsse posse do pequeno dormitorio, e officinas, que a dita Confraria fizera erigir para principio do desejado Convento: mas he sem duvida, que sempre se chamou das Reliquias desde a sua fundação.²⁹

Mesmo depois da extinção das Ordens Religiosas, em 1834, e da compra do convento e cerca, por D. José Gil Tojo Borja de Meneses, em 1841, as referências que nos surgem fazem alusão ao (ex-) Convento de Nossa Senhora das Relíquias.

D. José Gil, rico proprietário, pertencente a uma “...illustre família de Portel...”³⁰, parece ter tido plena consciência do valor do imóvel que comprara, “...já bastante arruinado...”³¹, pois para além do restauro do edificio, reabriu a igreja do convento ao culto da Virgem das Relíquias. “Do Convento fez uma linda moradia, com largas salas de boas abóbadas artesoadas e portais talhados no granito da região. E o velho claustro secularizado era um desafogo doméstico do palácio, ainda com o poço em cujo bocal de pedra se vêem os sulcos profundos dos barãos com que os frades tiravam água da cisterna.”³²

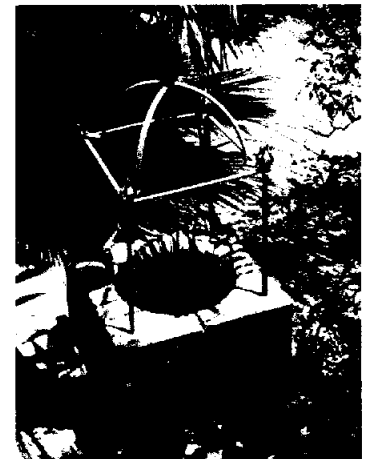


Fig. 1- Poço do Claustro do Carmo.

São praticamente inexistentes as referências que nos permitem caracterizar a personalidade e modo de vida de D. José Gil. No entanto, através do exposto anteriormente, parece-nos lícito afirmar que se tratava duma individualidade com conhecimento do valor

²⁸ O autor refere-se ao Alvará de D. Manuel passado em Montemor com data de 7 de Janeiro de 1496, ao qual já fizemos referência.

²⁹ Fr. José Pereira de SANTA ANA, *ob. cit.*, pp.319 e 320.

³⁰ Augusto Carlos Teixeira de ARAGÃO, 1898, p.168. Para um conhecimento aprofundado sobre os Gil de Borja, (os Borjas das mais nobres e antigas famílias do Reino de Valência), originários da cidade de S. Filipe, consulte-se Marcelo Olavo Corrêa d' AZEVEDO, «Ascendência e Descendência de D. Joana Gil de Borja de Macedo e Meneses e de seu irmão D. José Gil de Borja de Macedo e Meneses», *Armas e Troféus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, Tomo I, Nº 1, 2 e 3, VI Série, Janeiro – Dezembro, 1987 – 1988, Lisboa, pp. 89 a 112.

³¹ *Carta de Arrematação nº 930A...*, ANTT.

³² Cândido MARREAS, *ob. cit.*, p.66.

patrimonial que na época estava a ser posto em venda. A aquisição do convento e a iniciativa de transformá-lo em residência leva-nos a crer que o tenha feito em primeiro lugar porque era grande o seu poder económico; em segundo lugar, essa atitude conjuntamente com a abertura da igreja ao culto da Virgem, deixa transparecer a sua religiosidade e, por último, a compra de um complexo conventual permitia-lhe gozar de um estatuto social que não estava ao alcance da grande maioria da população mas apenas a algumas individualidades vistas na região como indivíduos que detinham poderes económico e local, prestígio e, por isso, a quem todos respeitavam.

A obra, por nós citada, de Marcelo Olavo chama-nos a atenção para o significado do apelido Gil que, tanto em Espanha como em Portugal significa fidalgo. Acrescenta que se por ventura subsistem dúvidas sobre as armas a usar pelos Gil de Borja, o mesmo não acontece em relação às suas fidalguia e antiguidade. Para reforçar estas afirmações aponta os membros desta família que tiraram cartas de brasão de armas, dizendo respeito a mais antiga a Baltazar Tojo Gato, cuja data se aponta para os anos de 1540 ou 1549³³.

Somos levados a pensar que terá sido a partir da aquisição do convento por D. José Gil que o imóvel e sua envolvência ganhara uma nova designação, ainda hoje conhecida como tal entre nós: a Quinta do Carmo.

Nesta quinta terá vivido esse nobilitado senhor durante pouco tempo, pois embora sendo natural de Portel, foi sepultado aos doze de Outubro de 1848 na Igreja Matriz da vila de Vidigueira, a qual servia, na altura, de cemitério³⁴.

A forma como a quinta passou aos seus descendentes é-nos desconhecida. Contudo, sabemos que a sua esposa D. Joana Isabel de Macedo Guerreiro de Sequeira Reimão falecera em 1842, devendo a quinta ter passado directamente, após a morte de D. José Gil, para D. Sebastião Gil Tojo Borja de Macedo e Meneses, filho do casal. D. Sebastião Gil nasceu em 1802 e casou em trinta de Abril de 1849 com D. Mariana da Assumpção da Gama Lobo Pimentel Guião, filha de José Jerónimo da Gama Lobo Pimentel, Tenente Coronel do Regimento de Milícias de Vila Viçosa, vindo esta senhora a falecer no ano de 1897. Desse matrimónio nasceram D. José Gil de Borja de Macedo e Meneses (1850) e D. Joana Gil de Borja de Macedo e Meneses (1851)³⁵, para além de D. Ana José Gil que viveu apenas até aos

³³ Marcelo Olavo Corrêa d' AZEVEDO, *ob. cit.*, pp. 89 e 90.

³⁴ Registos Paroquias de Vidigueira, *Livro 160 – Óbitos desde 25 de Setembro de 1841 até 19 de Fevereiro de 1858*, ADB, folha 110, cota: PVDG 03/03/Lv 0160.

³⁵ Marcelo Olavo Corrêa d' AZEVEDO, *ob. cit.*, pp.97 a 99.

oito anos de idade³⁶. D. Sebastião Gil morre em 1863³⁷. Seu filho D. José contraíra matrimónio com D. Maria Quitéria Andersen Vellez Leitão (em 18/09/1872, na Capela da Quinta do Carmo³⁸) e D. Joana com Francisco Correia de Herédia, mais tarde Visconde da Ribeira Brava.

Se D. Sebastião viveu com D. Mariana na Quinta do Carmo, a tempo inteiro, não o sabemos. O que nos é possível afirmar é que, no ano de 1887, D. Mariana, seu filho e nora, viviam em Portel e D. Joana e o seu marido, o Visconde da Ribeira Brava, habitavam na Quinta do Carmo. Tal afirmação tem como base a existência de uma *Escriptura de desistencia, de usufructo, doação inter-vivos, revogação d'arrendamento e partilha*, datada de dez de Março desse ano de 1887³⁹.

Através da referida escritura ficamos a saber que D. Mariana da Assumpção desistiu a favor de seus filhos – D. José Gil e da Viscondessa da Ribeira Brava – do usufruto que lhe pertencia sobre os bens que constituíram a terça da herança de seu marido. Que a mesma senhora ainda lhes fez pura e irrevogável doação inter-vivos de todos os seus bens, direitos e acções para dividirem entre eles, em partes iguais, com excepção da doação da casa em que vivia na vila de Portel e respectivo espólio. Consta também da escritura que os donatários procederam à partilha amigável dos bens doados e que por virtude dessa partilha ficou pertencendo à Viscondessa da Ribeira Brava e a seu marido, entre outros bens, “...*uma propriedade denominada a Quinta do Carmo, sita na freguesia de São Pedro, do concelho da Vidigueira, allodial que se compõe de casas d'habitação, Igreja, seus pertences, terra d'hortar e semear, arvores de diferentes fructos, olival, vinha e agua nativa... no valor de quatro contos e quinhentos mil reis...*”⁴⁰.

Este é o primeiro documento, por nós encontrado, que faz referência à Quinta do Carmo, exactamente com esta designação⁴¹.

Embora habitando na quinta, esta não fazia parte dos bens dos Viscondes. A inscrição definitiva de transmissão a favor do casal Ribeira Brava é realizada em treze de Julho de

³⁶ Conforme lápide sepulcral existente no Cemitério da vila de Portel. D. Ana José Gil faleceu em dois de Maio de 1862.

³⁷ Marcelo Olavo Corrêa d' AZEVEDO, *ob. cit.*, p.97.

³⁸ *Idem, ibidem*, p.99.

³⁹ Cartório Notarial de Portel, *Livro de Notas do Tabellião do Julgado de Portel*, Joaquim de Sequeira e Sá, com o nº86 do ano de 1887, ADE, Livro nº 226, folhas 4 a 15 verso.

⁴⁰ *Idem, ibidem*, folhas 4, 4 verso, 5, 6, e 12.

⁴¹ Esta escritura adquire uma importância extraordinária, pois é a partir da sua existência que, no nosso trabalho, faz sentido deixarmos de mencionar o Convento do Carmo e passarmos a referir a Quinta do Carmo. Marcelo Olavo no seu artigo, por nós já citado, p.99, informa-nos que D. José Gil e D. Maria Quitéria casaram, em 1872, na Capela da Quinta do Carmo. Não nos é possível saber em que fonte o autor recolheu tal informação, na medida em que, o assento de casamento não consta no livro de casamentos de Vidigueira para o ano de 1872, existente no ADB.

1887⁴².

Francisco Correia de Herédia nasceu na freguesia da Ribeira Brava, na Ilha da Madeira, em 2 de Abril de 1852. Era filho do conselheiro António Correia de Herédia, descendente de uma distinta família espanhola, fixada naquela ilha, e de D. Ana Bettencourt de Herédia. Fez os seus estudos em Lisboa, onde obteve o diploma do Curso Superior de Letras. Personalidade de fino trato social, manifestou um enorme apreço não somente pela cultura intelectual mas também pela cultura física. O seu mérito e influência são manifestamente atestados pelos diferentes cargos que desempenhou, tanto na ilha de que era natural como mais tarde no continente⁴³.

A sua estreita ligação à Vidigueira deveu-se ao facto de ter contraído matrimónio com D. Joana Gil. A sua personalidade e o carácter humanitário que o levaram a interessar-se pelas pessoas humildes e pelos problemas e dificuldades daquela vila, fizeram com que fosse muito admirado por essas gentes. Na Vidigueira desempenhou o cargo de presidente da Câmara Municipal por duas vezes (primeiro mandato: 1890 a 1893; o segundo mandato: 1899 a 1901)⁴⁴. Durante os períodos em que desempenhou estas funções, nomeadamente ao longo do seu primeiro mandato, o Visconde propôs um conjunto de medidas de extrema importância que trouxesse o desenvolvimento da vila alentejana, que produzisse e melhorasse o bem-estar da população. De entre essas medidas salientamos apenas as que julgamos serem mais importantes: a criação de um hospício municipal para expostos, a reforma do serviço rural de polícia, criação de verbas para a realização de obras indispensáveis tais como águas potáveis e chafarizes não só para o abastecimento da própria vila mas para outras freguesias do concelho; matadouro; reparação de antigos e construção de novos lavadouros públicos; açougue e praça para venda de produtos. Foi também da sua responsabilidade a criação do Hospital Civil, a construção do edifício da Câmara Municipal, o melhoramento de ruas, praças e estradas⁴⁵.

Palma Caetano ao analisar o progresso de Vidigueira salienta que *“No princípio do*

⁴² Livro G – 2º, *Registo de Transmissões*, CRPC, inscrição nº 1265, folhas 146, 146 verso e 147.

⁴³ Na Madeira fez parte da Junta Geral do Distrito do Funchal, da Junta Autónoma das Obras do Porto e da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia do Funchal. No Continente: Fidalgo – Cavaleiro da Casa Real, exerceu cargos importantes como os de governador civil dos distritos de Beja, Bragança e Lisboa. Foi deputado da Nação, tanto no tempo da Monarquia como no tempo da República. José A. Palma CAETANO, *ob. cit.*, pp.315 e 316. Na Madeira foi ainda representante do importante vínculo de Nossa Senhora da Apresentação, instituído por Joanne Mendes de Brito e por sua mulher Isabel Fernandes Tavares, por testamento de mão comum em 1524, Marcelo Olavo Corrêa d' AZEVEDO, *ob. cit.*, p. 105.

⁴⁴ José A. Palma CAETANO, *ob. cit.*, pp. 156 a 158.

⁴⁵ O abastecimento de águas ocupou um lugar prioritário no programa do Visconde. Discutido e aprovado ainda no primeiro semestre do seu primeiro mandato, em Março de 1891 foi trazida da Igreja do Carmo a imagem de Nossa Senhora das Relíquias com o objectivo de se proceder à benção das águas, evento que se integrava na cerimónia de inauguração desse melhoramento. *Idem, ibidem*, pp. 156 e 157.

nosso século, a Vidigueira era uma vila que parecia encontrar-se em franco desenvolvimento, em especial devido ao impulso que lhe fora dado pelo Visconde da Ribeira Brava.”⁴⁶.

A carreira política de Francisco Correia de Herédia reflecte claramente a agitação e a instabilidade que caracterizaram a vida política em Portugal em finais do século XIX e inícios do século XX. Começou por ser membro activo do Partido Progressista, até ao estabelecimento da Dissidência Progressista chefiada pelo conselheiro José Maria de Alpoim, o qual acompanhou. Estabelecidas ligações entre esse partido dissidente e o grupo dos republicanos – numa tentativa de combate ao governo de João Franco – tomou o Visconde parte em todos os movimentos de carácter revolucionário desses tempos conturbados. Após a implantação da República, aderiu ao Partido Republicano Português, por cujo chefe, Afonso Costa, sentia verdadeira admiração. É então quando, achando que o título nobiliárquico que lhe havia sido concedido pelo rei D. Luís I, em 4 de Maio de 1871, em nada correspondia aos seus novos ideais, deixou de o usar. Contudo, acrescentou ao seu nome o da freguesia da sua naturalidade, passando a intitular-se Francisco Correia de Herédia Ribeira Brava. Tal como havia já acontecido durante o regime monárquico, foi eleito deputado, desempenhando papel político de grande relevo⁴⁷. Continua, então, a sua luta contra a ditadura, quando Sidónio Pais tomou conta do poder e instituiu a chamada *República Nova*.

Fora a agitação ideológica deste período e o envolvimento do Visconde nos movimentos revolucionários que prepararam a sua morte. O golpe revolucionário de 12 de Outubro de 1918, embora tendo deflagrado principalmente nas cidades de Coimbra e Évora, tinha adeptos e apoiantes espalhados pelo País. “*Só em Lisboa, na manhã do dia 16, os presos políticos – alguns deles da mais elevada categoria social – cifravam-se em muitas centenas.*”⁴⁸. Neste golpe revolucionário estava implicado Ribeira Brava, o qual foi preso e assassinado nesse dia dezasseis⁴⁹.

Enquanto fez da Quinta do Carmo a sua residência, Francisco Correia de Herédia parece ter continuado os trabalhos de embelezamento e restauro, seguindo, deste modo, a filosofia que D. José Gil havia tido após a compra do imóvel. Segundo Palma Caetano, 1898, o Visconde levou a cabo obras de grande envergadura na igreja do convento, mandando construir as ameias que ornamentam o remate superior das duas torres que ladeiam a fachada principal do templo. Tais obras alargaram-se ao edifício do ex-convento com vista a torná-lo

⁴⁶ José A. Palma CAETANO, *ob. cit.*, p. 159.

⁴⁷ Afonso Eduardo Martins ZÚQUETE, volume III, 1961, p. 214.

⁴⁸ David FERREIRA, vol. III, s.d., p.490.

⁴⁹ *Idem, ibidem*, p.490.

mais confortável uma vez que se encontrava adaptado a residência⁵⁰. Fr. José Pereira de Santa Ana, na *Crónica dos Carmelitas*, datada de 1751, faz uma descrição das “...duas torres iguaes, que guarnessem, e ornaõ a fachada exterior... As torres são quadradas, e abertas pelas quatro faces: mas só huma... tem sinos...”. Daquele ano de 1898 data também a obra de Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira*, na qual figura um desenho da igreja e convento de Nossa Senhora das Relíquias, onde podemos observar a existência das duas torres tal como as descreve o Frei. Na altura da realização do desenho as torres encontravam-se encimadas por pináculos. O aspecto exterior do edifício que hoje conhecemos deve ter sido dado na altura de tais obras. As ameias permanecem nas torres bem como em toda a parte superior da fachada principal do complexo habitacional. Nas aberturas das torres foram aplicadas janelas de formato e trabalho de madeira semelhantes às restantes que existem na fachada principal da moradia. Terão sido obra do Visconde? É bem provável! Teixeira de Aragão ao referir a amabilidade demonstrada por Ribeira Brava aquando dos trabalhos de pesquisa no jazigo de Vasco da Gama, fala também na “...sua encantadora vivenda, que muito tem augmentado e aformoseado.”⁵¹



Fig. 2 – Igreja de N^a Sr^a das Relíquias segundo ilustração na obra de Teixeira de Aragão (1898, p. 156).

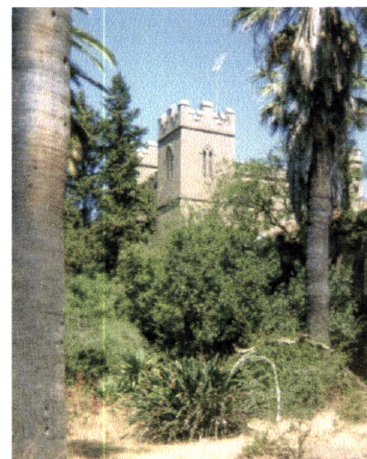


Fig. 3 – Torres da Igreja de N^a Sr^a das Relíquias - fotografia actual.

A antiga casa dos Carmelitas conheceu um novo destino após a morte do Visconde da Ribeira Brava, altura em que a quinta ficou a pertencer a seu filho Sebastião Herédia. Alguns anos antes da morte do Visconde – em 1912 – Sebastião Herédia, que provavelmente já aí residia, ou por desconhecer o valor do que herdara ou numa atitude anticlerical, profanou a

⁵⁰ José A. Palma CAETANO, *ob. cit.*, p.205.

⁵¹ Fr. José Pereira de SANTA ANA, *ob. cit.*, p. 327 e Augusto Carlos Teixeira de ARAGÃO, 1898, p. 156 e 201.

igreja sendo esta transformada em adega e armazém⁵². Não obstante a profanação, este herdeiro colocou as imagens sagradas num olival e terá vendido ou oferecido algumas das pedras sepulcrais da família de Vasco da Gama. As que restaram no interior da quinta foram mandadas transformar em mesas de jardim, ao que, para esse efeito, Sebastião Herédia mandou picar as suas inscrições epigráficas⁵³. À má fortuna conseguiu escapar a lápide sepulcral de D. Vasco Luís da Gama, conforme nos foi dado observar durante as visitas que efectuámos à quinta.

Após esta profanação do templo, a imagem de Nossa Senhora das Relíquias foi levada para a Igreja de S. Francisco, a paroquial da Vila de Vidigueira, onde ainda hoje é venerada⁵⁴.

A Quinta do Carmo permanecera poucos anos na posse de Sebastião Herédia. A vinte e seis de Maio de 1921 ficava “...*inscripta a favor de Olympio Ramalho... morador na vila... da Vidigueira... a transmissão do prédio... N.º 9.913, por o haver comprado pela quantia de quarenta mil escudos, a Dom Sebastião de Herédia...*”⁵⁵.

A aquisição de Olímpio Ramalho não dizia respeito apenas à Quinta do Carmo. O prédio n.º 9.913 surge, nessa data, com a designação de Herdade do Carmo e foi fruto da anexação de vários prédios, rústicos e urbanos, nos quais estava incluída a própria quinta⁵⁶. Alguns desses prédios foram herdados pelo Visconde da Ribeira Brava na altura em que ele recebera a quinta e constam da já mencionada *Escriptura de desistencia...* feita por D. Mariana da Assunção a seus filhos D. José Gil e Viscondessa da Ribeira Brava. Outros foram adquiridos através da compra pelo Visconde.

Calcula-se que tal anexação se tenha realizado ao tempo de Sebastião Herédia, pois a inscrição de transmissão com data de 26 de Maio de 1921 refere que o prédio 9.913 foi descrito “...*por esta ocasião... a folhas 184, verso do Livro= B = vigessimo quinto...*”.

⁵² Esta foi a segunda profanação do templo. A primeira ocorreu entre os anos em que os frades se viram obrigados a abandonar o convento e a compra do mesmo por D. José Gil.

⁵³ Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, p.205.

⁵⁴ José A. Palma CAETANO, *ob. cit.*, p.205.

⁵⁵ Livro F-9.º, *Inscrições de Transmissão*, CRPC, inscrição n.º 5124, folha 25.

⁵⁶ Livro B-25.º, *Livro das Descrições Prediais*, CRPC, descrição n.º 9913, folha 184 verso. Os prédios anexados foram o n.º 347 (“*Predio rustico, que consta de tres mil cepas de vinha, com oitenta pes d’oliveira...*”); o n.º 1496 (“*Predio rustico denominado Quinta das Reliquias...que se compõe de vinha e terra de sementeira...*”); o n.º 4115 (“*Predio denominado da Quinta do Carmo...que se compõe de casas de habitação, igreja e seus pertences, terra de semear e hortar, arvores de diferentes fructos, olival, vinha e agua nativa...*”); o n.º 4116 (“*Tapada denominada de Chã Velha...que se compõe de vinha e olival...*”); o n.º 4117 (“*Tapada denominada de Chã Nova...que se compõe de vinha e olival...*”); o n.º 4118 (“*Herdade denominada atras do Carmo...que se compõe de monte, hortejo, terras de semear e pastagem, agua nativa, olival e algumas azinheiras...*”); o n.º 4119 (“*Predio no sitio de Santa Luzia...que se compõe de vinha e olival...*”); o n.º 4347 (“*Vinha e olival...*”); o n.º 5956 (“*Olival...*”); o n.º 5957 (“*Olival...*”); o n.º 5958 (“*Olival...*”) e o n.º 5959 (“*Uma pequena Tapada...*”). Livro B-4.º, *Registo de Propriedade*, folha 111 verso (da Extinta Conservatória da Vidigueira), CRPC; Livro B-4.º, *Livro de Descrições Prediais*, CRPC, folha 152; Livro B-11.º, *Registo de Descrições Prediais*, CRPC, folhas 69, 69

Avança que o casal formado por Sebastião Herédia e Dona Maria da Assunção de Freitas Branco de Herédia era morador na Quinta do Carmo, vivendo “...*temporariamente em Lisboa na Travessa do Abarracamento de Peniche, nº 29...*”. Informa ainda que nessa altura Olímpio Ramalho e esposa viviam na vila de Vidigueira. Mais tarde o casal muda a residência para a Quinta do Carmo⁵⁷. Pelo conhecimento desta mudança parece podermos deduzir que Olímpio Ramalho e esposa, a Senhora Dona Maria José Carvalho Ramalho, utilizaram a parte urbana para sua moradia e possivelmente como sede administrativa de lavoura. O interesse pela compra da Herdade do Carmo deixa transparecer a ideia da actividade económica a que Ramalho se devia dedicar: a agricultura.

Anos mais tarde, Olímpio Ramalho veio a hipotecar a Quinta do Carmo, juntamente com todos os seus bens, à Caixa Geral de Depósitos que a levou à praça sendo a mesma adquirida, em 1933, pelo “...*Doutor Joaquim Toscano de Sampaio, e esposa, Dona Belmira Moraes da Cunha Sampaio... moradores na vila de Alvito... pela quantia de seiscentos e cincoenta mil e cinco escudos...*”⁵⁸.

Hoje a quinta pertence à filha desse casal, a Senhora Dona Maria Helena da Cunha Sampaio Pais Almeida que amavelmente tantas vezes nos abriu a cancela da estrada privativa que conduz à bela residência que um dia fora convento.

Por último, resta-nos referir que em Abril de 1974 a Quinta do Carmo foi ocupada (terras e casa de habitação) vindo a mesma a ser restituída à família passado algum tempo.

À Quinta do Carmo voltaremos em momento oportuno.

A poucos quilómetros de Vidigueira fica a vila de Cuba, onde nos dirigimos na tentativa de conhecermos uma outra quinta de que tivemos notícia: a Quinta da Esperança.

Não muito distante da vila, a cerca de 1,5 Km, fica situada esta quinta que na povoação é vulgarmente conhecida pela designação de Quinta do Conde por ter sido propriedade do

Conde da Esperança, permanecendo a mesma, até hoje, nos seus descendentes.



Fig. 4 - Aqueduto

verso, 70, 70 verso, 71 e 185; *Livro B-15º, Registo de Descrições Prediais*, CRPC, folhas 193 verso, 194, 194 verso e 195.

⁵⁷ *Livro F-9º, Inscrições de Transmissão*, CRPC, inscrição nº 5124, folha 25 e *Livro C-9º, Livro de Registo de Hipotecas*, CRPC, inscrição nº 3639, folha 133.

⁵⁸ *Livro G – 5º, Livro de Inscrições de Transmissão*, CRPC, inscrição nº 3366, folhas 155 verso e 156.

A sua origem remonta aos primeiros anos do séc. XVIII –1708– altura em que foi criada pelos irmãos Manuel Martins Cebolinho e Martinho Janeiro Cebolinho de Barahona⁵⁹. As informações de que dispomos para esse período dizem respeito ao ano de 1721, quando os dois irmãos doaram mil réis de fazenda livre para a construção da capela e ao ano de 1728, data em que foi construído o aqueduto que conduz a água dos valados de Vale de Cuba para a quinta⁶⁰.

Este prédio, entre outros, fazia “...*parte do Morgado da Esperança, instituído por Martinho Janeiro Sebolinho de Barahona, que foi abolido por virtude da Lei de 19 de Maio de 1863 e partilhado na conformidade da mesma lei entre...*” José Maria de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo, Visconde da Esperança e “...*administrador do dito Morgado e seu filho... Joze*⁶¹, *imediato sucessor...*”⁶². Aquele recebera o vínculo de seu pai, Francisco de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo, fidalgo da Casa Real e capitão-mor de ordenanças da vila de Cuba⁶³.

Individualidade de grande prestígio social no Alentejo, José Maria de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo nasceu a 15 de Setembro de 1816, foi moço fidalgo com exercício na Casa Real (alvará de 5/VI/1856) e Comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. A este abastado proprietário se deveu, em grande parte, a elevação de Cuba à categoria de vila, vindo a ser presidente deste município durante vários anos. O título de visconde fora-lhe concedido em duas vidas, por D. Maria II, por Decreto de 20 e Carta de 28 de Julho de 1852, elevado à grandeza como conde, por D. Luís, em Decreto de 22 de Setembro de 1878⁶⁴.

O imóvel conheceu aumentos consideráveis nos anos cinquenta do nosso século, os quais engrandeceram ainda mais o edifício habitacional e sede de lavoura: a parte antiga, a Sudeste e a moderna, a Noroeste⁶⁵. À data de tais acréscimos o solar compunha-se já “...*de cazas nobres com altos e baixos, capella com todas as suas pertenças, celleiros, palheiros, arramada, cavallariças, e diferentes cazas annexas, pomares de espinho e caroço, allameda, jardim (o sublinhado é nosso) et cetera, com um olival contiguo, que contem aproximadamente seis centos pés d’oliveira, e um pombal em frente das janellas principaes*

⁵⁹ Emília Salvado BORGES, 1990, p.52.

⁶⁰ *Idem, ibidem*, p.52.

⁶¹ José Bernardo de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo.

⁶² Livro F-1º, Livro de Inscrições, CRPC, inscrição nº258, folha 77 verso.

⁶³ Afonso Eduardo Martins ZUQUETE, *ob. cit.*, vol. II, p.566.

⁶⁴ No tempo deste rei teve a verificação da 2ª vida no título de visconde (Decreto e Carta de 16/VI/1863). *Idem, ibidem*, p.566.

⁶⁵ Emília salvado BORGES, *ob. cit.*, p.52.

da caza.”⁶⁶.

Em 1843, ter-se-ão procedido a pequenas obras, por ocasião da visita da família real ao Alentejo – D. Maria II, D. Fernando II e os infantes D. Luís e D. Augusto – a qual recebeu hospedagem na Quinta da Esperança⁶⁷. Este acontecimento encontra-se documentado num dos espaldares de uma série de bancos de repouso, recortados em alvenaria e revestidos de silhares de azulejos monocromos – de azul e branco – no jardim da quinta:

A Rainha D. Maria II visita o 1º conde da Esperança (José Maria de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo) a quem confirma o título agradecendo os relevantes serviços prestados à sua causa. (Marechal A. de Serpa Bibli.^{ca} Biogra.^{ca} pg, 14 e Livro d'Ouro p.g. 30

Como anteriormente referimos, a quinta permaneceu sempre na posse da família Barahona. Embora não tenhamos em nosso poder a documentação suficiente que nos proporcione uma descrição pormenorizada da forma como foi sendo transmitida ao longo das diferentes gerações, é-nos, contudo, possível dar a conhecer alguns aspectos importantes do seu percurso histórico.

A 17 de Agosto de 1890 o prédio foi vendido em hasta pública e arrematado pelo Dr. Francisco Eduardo de Barahona Fragoso, pela quantia de dez contos e cem réis “...isto no inventario a que se procedeu no juizo de direito d’esta Comarca e cartorio do Escrivão do terceiro officio Ventura José da Cruz Pinto, pela interdicção geral por prodigalidade do Excecelentissimo Conde da Esperança, viúvo, proprietario e morador na Quinta da Esperança...”⁶⁸.

Francisco Eduardo de Barahona Fragoso, digno Par de Reino, tornou-se cidadão benemérito da cidade de Évora, na qual completou o Palácio Ramalho – Barahona, o Jardim Público e, sobretudo, o Teatro Garcia de Resende, inaugurado no ano de 1892. Algumas peças artísticas do Palacete da Esperança foram dadas a conhecer por este rico proprietário. Tal é o caso do fato masculino, do modelo Luís XV, constituído por casaca e colete, de seda cor de vinho e ramagens bordadas a matiz, por ele cedido para figurar na *Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de Lisboa*, no ano de 1882. Ao Museu Arqueológico de Évora ofereceu, em 1904, a sege inglesa do Estilo Império, peça que depois de restaurada foi exibida no *Cortejo Histórico de Évora*, consagrado à evolução do traje no

⁶⁶ Livro B-3º, Livro de Descrições Prediais, CRPC, prédio nº800, folha 3. O pombal foi destruído em época que desconhecemos.

⁶⁷ Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, p.281.

⁶⁸ Livro F-3º, Livro de Inscrições Diversas, CRPC, inscrição nº 1686, folha 129.

mundo e no tempo, no final da década de 60 do nosso século⁶⁹.

Após a morte do Dr. Francisco de Barahona, o usufruto da quinta passou para a sua esposa, Dona Inácia Fernandes Ramalho de Barahona, que a arrendou, entre os anos de 1909 e 1926, a José Manuel Braancamp de Matos de Barahona Fragoso. Este último ano marca a morte da usufrutuária passando o prédio para o domínio do arrendatário “...por lhe ter sido legado em testamento no valor de vinte e cinco mil escudos, por seu tio o Doutor Francisco Eduardo de Barahona Fragoso... residente que foi na cidade e comarca de Evora”⁷⁰.

José Manuel Braancamp de Matos de Barahona Fragoso – 3º Conde da Esperança – para além de ter mostrado um enorme pendor para o desporto, escrita e música⁷¹, distinguiu-se como amador tauromáquico⁷². São hoje ainda possíveis de admirar, no Solar da Esperança, alguns fatos e cartéis de corridas que lhe pertenceram bem como o cavalo branco e a cabeça de touro embalsamados que atribuem um carácter místico à *Sala da Saudade*.

Após a sua morte, a Quinta da Esperança passa para a posse de seu neto, José Manuel Siguenza de Barahona Fragoso, actual proprietário. À data das partilhas, este possuía apenas quinze anos de idade, ficando o seu pai, José Estanislau de Albuquerque e Bourbon de Barahona Fragoso, como usufrutuário deste e de outros prédios⁷³, o qual já não se encontra entre nós. A nossa visita à Casa de Nossa Senhora da Esperança foi possível graças à amabilidade e simpatia da mãe do Senhor José Manuel, a Senhora Dona Maria de los Dolores Cotado y Siguenza de Barahona Fragoso, a quem não devemos somente ter-nos proporcionado conhecer os jardins da quinta mas também algumas informações sobre esta magnífica casa de lavoura e seus proprietários.

Ainda em Cuba, visitámos a Quinta de S. Pedro, embora esta não constitua objecto de estudo do nosso trabalho, mas referenciamo-la pelo facto de pertencer à família Barahona, “...a qual se compõe de um predio urbano com rez do chão e primeiro andar, jardim, (o sublinhado é nosso) *cavaleriças, palheiros e mais dependencias, pomar de espinho e carôço, olival, pôço com nóra, sendo cercada de muros e tendo anexa uma porção de terreno de*

⁶⁹ Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, pp.280 a 282.

⁷⁰ Livro F-5º, Livro de Inscrições Diversas, CRPC, inscrição nº2840, folhas 65 verso e 66 e Livro F-10º, Livro de Inscrições de Transmissão, CRPC, inscrição nº5840, folha 9 verso.

⁷¹ Foi músico compositor, autor de duas óperas: “Roma Eterna” e “Um Sonho de D. João V”, Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, p.280.

⁷² Esta paixão deve tê-la herdado de seu pai – José Estevão Vieira de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo – , cujo nome figura na lista dos sócios do Clube Tauromáquico Português, Luís Filipe Marques da GAMA, 1991, p.188.

⁷³ Livro G-14º, Livro de Inscrições de Transmissão, CRPC, inscrição nº11.761, folhas 161 e 161 verso e Livro F-12º, Livro de Inscrições Diversas, CRPC, inscrição nº6476, folhas 11 e 11 verso.

semeadura, situada a Estrada de Beringel... ”74.

Embora não tenhamos elementos suficientes que nos permitam reconstruir o historial da Quinta de S. Pedro, é-nos possível referir que, nos anos trinta do nosso século, o direito a metade deste prédio era pertença dos irmãos Maria Antónia Ramos de Barahona Fragoso, José Bernardo Vieira de Barahona, Manuel Estanislau Vieira de Barahona e Francisco Eduardo Vieira de Barahona, ambos solteiros e netos do Visconde da Esperança, José Bernardo de Barahona Fragoso Cordovil da Gama Lobo. A posse da metade deste prédio ficara-lhes pertencendo após a morte de seus pais Carlos Vieira de Barahona e Dona Palmira Augusta Ramos de Barahona⁷⁵. Ainda na década de trinta, a quinta ficara a pertencer a Manuel Estanislau e Francisco Eduardo após a partilha ou divisão dos bens que estes fizeram com os seus irmãos⁷⁶. Entre tantas outras propriedades pertença destes dois irmãos Vieira de Barahona, também a Quinta de S. Pedro foi abrangida pela Portaria n°740/75 que expropriou vários prédios rústicos do distrito de Beja⁷⁷.

Se outrora esta *casa* manteve uma intensa actividade agrícola, actualmente não encontramos vestígios de qualquer exploração bem como de ocupação habitacional, tendo os seus actuais proprietários, desde sempre, estabelecido residência na cidade de Évora.

Ao tentarmos reconstituir o passado histórico, encontramos, frequentemente, barreiras quase intransponíveis que para se conseguirem ultrapassar socorremo-nos, na maioria das vezes, da tradição oral, ressaltando sempre que tais informações nos foram facultadas por pessoas nossas contemporâneas. Foi precisamente o que nos aconteceu quando nos dirigimos à vila de Serpa e procurámos as referências mais antigas sobre a Quinta de Santo António, vulgarmente conhecida por Quinta de S. Brás, situada a poucos quilómetros da povoação.

Na quinta fomos informados que o marido duma descendente dos Gavião Peixoto, família a quem pertenceu primeiramente a quinta, tem vindo, desde alguns anos, a interessar-se pela história desta casa, seria a pessoa mais indicada para nos fornecer os elementos que necessitávamos. Assim foi. Procurámos o Dr. Henrique Carvalho Costa que com simpatia e

⁷⁴ Livro B-28°, Livro das Descrições Prediais, CRPC, inscrição n°10.791, folha 29. O averbamento n°2 à referida inscrição – a mesma folha – datado de 17 de Setembro de 1968, fornece-nos outros elementos que tornam possível um maior conhecimento da quinta: “*Declaro que a parte rústica do prédio supra n°10.791, se compõe de olival com solo subjacente – cultura arvense, pomar de citrinos, horta e cultura arvense com oliveiras, com a área de 6,ª 2000...e a parte urbana compõe-se de 1º e 2º pavimento, tendo o 1º cinco divisões e dois corredores; e o 2º oito divisões, corredor, terraço com escada interior, tem um anexo que consta de duas divisões, duas dispensas e casa de despejos, com a área coberta de 437,ª 60...”.*

⁷⁵ Livro G-5°, Livro de Inscrições de Transmissão, CRPC, inscrição n°3121, folha 103 verso a 104 verso.

⁷⁶ Livro G-6°, Livro de Inscrições de Transmissão, CRPC, inscrição n°3655, folhas 20 verso a 21 verso.

⁷⁷ Diário do Governo, I Série, N°287 de 13 de Dezembro de 1975, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 2016 e 2020.

muita paciência procurou pôr de pé um assunto que pode remontar ao ano de 1718.

Segundo o Dr. Carvalho Costa, a 20 de Novembro de 1718, o Capitão Manuel Luís Peixoto criara, por meio de testamento, um vínculo a favor do seu neto Manuel Luís Gavião Peixoto⁷⁸.

O vínculo incluía prédios rústicos e urbanos e uma quantia em dinheiro. Em sua opinião terá sido com o dinheiro deixado pelo avô que Manuel Luís Gavião Peixoto comprou o terreno onde se encontra edificada a Quinta de Santo António. É convicção familiar que a casa da quinta tenha sido mandada construir por esse membro da família Peixoto. Tal vínculo fora passando para os descendentes vindo a ser abolido ao tempo do Capitão Augusto Gavião Peixoto⁷⁹, o qual tivera uma única filha, Ana Elisa Gavião Peixoto. É a partir das referências a esta senhora que podemos fundamentar as informações que adiante apresentamos.

A Quinta de Santo António permaneceu na posse da referida família até ao ano de 1881, altura em que é arrematada “...na praça publica d'esta villa de Serpa, no dia treze de Novembro... pela quantia de oito contos de reis...” compondo-se “...de casas de habitação, cavallariça, cocheira, fôrno de cozer pão, jardim, (o sublinhada é nosso) pomar de espinho e caroço, dois tanques d'agua nativa...”⁸⁰. A mesma fora adquirida por vários membros da família Félix “...e isto como exequentes na execução que moviam n'este juizo e cartorio do escrivão do segundo officio, Francisco Joaquim Fialho, contra os executados, - Illustrissimo Senhor José Damião Felis, cirurgião – medico, e sua mulher a Excellentissima Senhora Dona Anna Elisa Gavião Felis, moradores na...villa de Arraiolos...”⁸¹.

Não nos foi possível conhecer quem ficou a habitar e explorar a quinta ou até mesmo se alguém a utilizou como habitação ou casa de lavoura. Contudo, pudemos concluir que este imóvel foi pertença de alguns daqueles compradores até Abril do ano de 1893, quando uma

⁷⁸ Por volta dos anos quarenta do nosso século, o Dr. Henrique Carvalho Costa consultou o Arquivo Municipal de Serpa, onde encontrou um documento com a seguinte designação: “*Treslado de uma informação para abolição da capela instituida na Vila de Serpa pelo Capitão Manuel Luís Peixoto de que é actual administrador Manuel Correia Gavião Peixoto Limpo Pereira de Lacerda da mesma Vila de Serpa*”. Procurámos o dito documento no referido arquivo, actualmente instalado num edificio diferente que nos anos quarenta. Contudo, os nossos esforços e o tempo empreendido nas buscas foram em vão, pois embora o documento não se encontre referenciado no Catálogo do Arquivo Histórico compilado em 1982 pela Câmara Municipal de Serpa, consultámos as pastas de testamentos com datas próximas do ano de 1718. O mesmo sucedeu no Arquivo da Igreja do Salvador de Serpa que nos foi dado a conhecer na Casa Paroquial pelo Senhor Padre Carvalho. O que nos levou a pesquisar neste último arquivo foi o facto de no título do documento encontrado pelo Dr. Henrique constar a expressão “...informação para abolição da Capela...”. No Tombo das Capelas do Salvador não existe qualquer referência a este assunto.

⁷⁹ A esposa do Dr. Henrique Carvalho Costa é bisneta do Capitão Augusto Gavião Peixoto.

⁸⁰ *Scriptura de declaração das partes que cada um dos arrematantes compradores em commum da Quinta de São Braz, tambem conhecida por Quinta de Santo Antonio, teem na mesma Quinta*, Livro 158 das Notas do tabelião José Guerreiro Junior, folhas 46 verso e 47, ADB, cota: CNSRP1/01/Lv.164.

⁸¹ *Ibidem*, folha 47.

terceira e última parte da quinta é arrematada (quatro trezéssimas segundas partes) pelo Visconde de Messangil. José Gomes Varela Júnior nasceu a 17-XII-1843 e morreu a 11-IX-1919. Recebera o título de visconde por Decreto de 20-XI-1890 (D. Carlos) e talvez pela sua formação académica – engenheiro agrónomo – juntamente com as suas posses, tornara-se grande proprietário na região do Alentejo. Foi Par do Reino e Comendador da Ordem de Cristo⁸².

Desde 1892 que o Visconde de Messangil se vinha tornando proprietário da Quinta de Santo António à medida que os seus vários proprietários punham a sua parte à venda. Assim, a 27 de Agosto desse ano são vendidas “...vinte e sete trezéssimas segundas partes... que vendem os Sn.^s António Gonsalves Felix e sua esposa D. Barbara Martinz Felix e outros ao Exmo. Snr. Visconde de Messangil pela quantia de seis contos setenta e cinco mil reis”⁸³. No mesmo ano, a 20 de Outubro, compra “...uma trezéssima segunda parte da quinta... que vendem os Snr.^s Damião José Felix e sua esposa D. Barbara Maria Valladas, do lugar da Moriannes... pela quantia de duzentos vinte e cinco mil reis”⁸⁴. Por último, e como já foi referido, a 16 de Abril de 1893, o Visconde arremata em hasta pública “...a 8ª parte ou sejam 4/32 ávos do dito predio pela quantia de 900\$000 R\$...” ficando inscrito a seu favor “...a transmissão do alludido predio na sua totalidade e inteireza”⁸⁵.

Embora não sejam portadores de elementos biográficos que nos permitam descrever um perfil mais ou menos completo acerca do Visconde de Messangil, o que parece não oferecer grandes dúvidas é o facto deste senhor ser um indivíduo de posses. Uma parte da sua fortuna poderá ter sido investida, pelos seus descendentes, na instituição de assistência particular denominada *Fundação dos Viscondes de Messangil*, situada em Pias, concelho de Serpa, criada nos finais dos anos sessenta⁸⁶.

Após a morte do Visconde, em 1919, e de sua esposa, a Senhora Dona Maria Joana Teotónio Varela, Viscondessa de Messangil, a quinta continua pertença da família até à década de oitenta do nosso século quando é adquirida por um casal de nacionalidade inglesa,

⁸² Afonso Eduardo Martins ZÚQUETE, *ob. cit.*, vol.II, p.741.

⁸³ *Escritura de compra, venda e quitação de vinte e sete trezéssimas segundas partes da quinta denominada “Santo Antonio” situada na freguezia rural de São Braz que vendem os Snr.^s António Gonsalves Felix e sua esposa D. Barbara Martinz Felix e outros ao Exmo. Snr Visconde de Messangil pela quantia de seis contos setenta e cinco mil reis, Notas do Tabelião António Bello Fialho, Ano de 1892, ADB, cota: CNSRP1/01/Lv.197, folha 9 verso.*

⁸⁴ *Escritura de compra, venda e quitação d’uma trezéssima segunda parte da quinta denominada “Santo Antonio” situada na freguezia rural de São Braz que vendem os Snr.^s Damião José Felix e sua esposa D. Barbara Maria Valladas, do lugar da Moriannes, ao Exmo. Snr. Visconde de Messangil, d’esta Villa, pela quantia de duzentos vinte e cinco mil reis, Notas do Tabelião Antonio Bello Fialho, Ano de 1892, ADB, cota: CNSRP1/01/Lv.198, folha 19 verso.*

⁸⁵ *Livro G-1º, Registo de Transmissões, CRPS, inscrição nº342, folhas 135 e 135 verso.*

⁸⁶ *Diário do Governo, III Série, nº 17 de 20 de Janeiro de 1968, Imprensa Nacional de Lisboa, p. 259.*

John Robert Plowright e Margaret Anne Plowright⁸⁷. Não permanecendo muito tempo na posse dos ingleses, o prédio voltou a ser propriedade de um familiar dos seus primeiros possuidores através da compra por Paulo Pompeia Gavião Gonzaga⁸⁸. Actualmente, a quinta é pertença de “Barvis Limited” – Sociedade Comercial que a compra em 1995⁸⁹.

O Dr. Carvalho Costa informou-nos que a família Gavião Peixoto sempre habitou na quinta.

Para finalizarmos a apresentação das quintas por nós propostas para objecto de estudo deste trabalho, resta-nos dar a conhecer a Quinta de S. Vicente.

A cerca de dois quilómetros de distância da Vila de Ferreira do Alentejo, com acesso pela Estrada Nacional nº387, fomos encontrar, talvez, um dos mais belos imóveis de produção do distrito de Beja. Embora não nos seja possível reconstruir a sua história desde os primeiros tempos, podemos, contudo, aproximar-nos desse longínquo passado graças à existência de um manuscrito⁹⁰ pertença da família Passanha, desde há muito, proprietária da quinta.

Esse documento informa-nos que Manuel Dias Vivião e sua mulher Margarida Dias Guerreiro, naturais do lugar da Corte de Sines, instituíram capela ou morgado numas terras que possuíam no sítio da *Braba*, no termo da vila de Mértola, no Rio Guadiana, com o encargo de cinco mil réis de missas em cada ano. As terras eram compostas por “...duas aSenhas, hum Moinho, dois Caneiros de Rama de Matar Peyxe, hum Pizaõ com seu gradejo e huma Caza...”⁹¹. Pelo testamento dos instituidores, datado de 10 de Janeiro de 1632, o qual foi copiado integralmente para o citado manuscrito, ficamos a saber que, nesta data, Manuel Dias Vivião encontrava-se “...doente em cama de doença natural...”⁹² e que por morte do casal ficaria como herdeiro e administrador da capela o seu filho Salvador Dias Vivião.

A transmissão dos morgados recaía no filho varão. Só quando esse não existia passava à linha feminina. Assim, após a morte de Salvador Dias Vivião, a administração do *Morgado*

⁸⁷ Escritura lavrada a 05/11/1986, folhas 58 a 59 verso do *Livro 109-E* do 6º Cartório Notarial de Lisboa – informação dada na CRPS.

⁸⁸ Escritura lavrada a 13/08/1990, folhas 103 verso a 105 do *Livro 40-A* do Cartório Notarial de Serpa.

⁸⁹ Escritura lavrada a 08/08/1995, folhas 48 a 50 do *Livro 52-F* do 22º Cartório Notarial de Lisboa – informação dada na CRPS.

⁹⁰ *Sentença Cível de Tombamento de Morgado e Cappella que Instetuhiraõ o Capp.^m Mor M.^{el} Dias veviaõ e Sua M.^{er} M.^a Dias Ferreira, e novo aCrecentam^{io} q̃ nelle fez seu neto do mesmo nome, Com o titullo de Morgado E Capp.^a de São Vicente do Pombal p.^a titullo do novo Adeministrador Sebastião de Afonceca Con.^{to} Falcão Pessanha, por cabessa de sua M.^{er} Donna Fran.^{ca} Severina Thereza da Sylua Moraderez na Villa de Ferreira, 20 de Junho de 1761.* Saliente-se que o apelido da senhora mencionado no título do manuscrito não é Ferreira mas Guerreiro. Trata-se de um erro do escrivão.

⁹¹ *Ibidem*, folha 4 verso.

⁹² *Ibidem*, folha 4.

da Braba passa para o seu filho Manuel Dias Vivião Guerreiro. Seu tio, o Capitão Gaspar Rodrigues Delicado, instituíra a metade dos seus bens de raiz em capela e anexara-os ao referido morgado com pensão de três missas de Natal, nomeando e instituindo o sobrinho seu herdeiro, após a sua morte. Todas as suas propriedades se situavam na freguesia de São João da vila de Mértola.

Manuel Dias Vivião Guerreiro casara em terceiras núpcias com D. Isabel Galvão, natural de Ferreira do Alentejo, facto que o levou a residir nesta vila, a doze léguas de distância das propriedades vinculadas. Receando que o conjunto destes bens se perdesse ou diminuísse “...em Seus descendentes... fes Suplica a sua Magestade... lhe Comsedesse Alvará de Subrogação para outras Propriedades de Rais do mesmo vallor ficarem vinculladas ao Morgado e Sobrregadas nelle o vincullo dos ditos moinhos da Braba e estes lhe ficasem Livres para os Vender e que todo o presso que lhe dessem o queria Comprar em bens de rais e anexar ao mesmo Morgado...”⁹³.

Na posse da autorização régia⁹⁴, vinculara outras propriedades, vendera os moinhos pelo preço de cinco mil cruzados e com esta quantia, juntamente com outros dinheiros resultantes da venda de outras suas fazendas menos úteis, comprara a Herdade da Quinta de S. Vicente - pelo preço de cinco mil cruzados - e a Herdade do Pombal - por três mil cruzados - nos arredores da vila de Ferreira, que se encontravam juntas, anexando-as ao referido morgado. E, por destas propriedades lhe advir a maior parte das rendas, foi sua intenção querer “...fosse ...Cabessa deste Morgado, as Erdades que de novo anexa que chamaõ a quinta de Saõ Vicente do Pombal as quais Constaõ de terras de Pam oLivais, Montados de aZinho Cazas e hum orta e hum aLagar de aZeite de duas Varas e tem dentro em Sy huma Irmida da vocasaõ de saõ Vicente... e que tenhaõ o Titullo de hoje em diante para Sempre o Morgado da Quinta de Saõ Vicente...”⁹⁵.

Ficaram, então, a pertencer ao morgado não apenas as propriedades que substituiu pelos moinhos⁹⁶, a Herdade da Quinta de S. Vicente e a Herdade do Pombal, mas ainda as terras anexadas por Gaspar Rodrigues Delicado.

⁹³ Para além da razão apontada, Manuel Dias invocou o facto dos moinhos estarem situados nas correntes de água “...as mais asparas daquelle rio...” destruindo-se, muitas vezes, ao que a sua reparação requer grandes despesas, Manuscrito, folhas 8 a 9 verso.

⁹⁴ Alvará expedido de Lisboa com data de 12 de Dezembro de 1709, transcrito no manuscrito, folhas 9 a 11 verso.

⁹⁵ Manuscrito, folhas 13 e 13 verso.

⁹⁶ “...a Erdade do souril Cita na Freguezia de Saõ Joaõ termo da villa de Mertolla... outra Erdade Vizinha a esta dita nas Erdades das Romeiras na mesma freguezia e termo que chamaõ Erdade da Fonte da Estrada... mais a metade que tem na Erdade do Cravalhozo no termo da villa de Ferreira... Outra Erdade Redonda que chamaõ Val daGuia... e as terras que foraõ de Paulo Correya Citas nos redores da Villa de Ferreira...”, *Ibidem*, folhas 9 verso e 10.

Como anteriormente referimos, este novo instituidor e reformador do morgado casara três vezes. Não possuímos referências sobre descendentes dos dois primeiros matrimónios. Do casamento com D. Isabel Galvão nasceram quatro filhos: D. Antónia Francisca, D. Isabel Narcisa dos Serafins - as quais enveredaram por uma vida religiosa ingressando no Convento da Esperança de Beja -, D. Maria Antónia da Silva e João Galvão Vivião Guerreiro. As duas primeiras filhas renunciaram à herança. D. Maria Antónia da Silva, esposa de Francisco do Monte Janeiro, recebera de seu pai um dote farto, no qual lhe foi atribuído tudo o que lhe podia pertencer, tendo sido efectuada escritura de renúncia para mais não herdar após a morte do pai⁹⁷. A transmissão do vínculo não ofereceu quaisquer problemas na medida em que o casal possuía um filho varão. Pela leitura do já citado manuscrito, ficamos a saber que João Galvão possuía e desfrutara, até ao seu falecimento, dos bens e rendimentos do morgado, não cumprindo com as obrigações e cláusulas que dele faziam parte, nem mesmo mandá-lo tomar. Tal situação fez desencadear um processo de sequestro dos bens pertencentes ao Morgado da Quinta de S. Vicente do Pombal, levado a cabo pelo *Promotor dos Rezidos*, cujo produto da venda das pensões não cumpridas se destinava ao Hospital Real de Nossa Senhora da Piedade de Beja. A esta deliberação responde Sebastião da Fonseca Coutinho Falcão Pessanha, casado com Francisca Severina Teresa da Silva Vivião Guerreiro, filha do falecido administrador, por meio duma petição. Refere o suplicante que, para além dos cinco mil réis que o morgado tinha já de pensão, ao ser acrescentado por Manuel Dias Vivião Guerreiro, este “...*lhe impos gravames inSuportaveis e notoriaMente excessiuos...*”⁹⁸, que os bens vinculados nunca renderam mais do que quatrocentos mil réis, quanto mais os supostos dois mil cruzados; que nenhum doador pode impor na doação pensão que exceda a importância da fazenda doada; por último, sublinha o facto de seu sogro ter apelado para o Supremo Tribunal da Relação por forma a se não cumprirem tais pensões enquanto não se averiguasse as que diziam respeito ao acrescentamento que seu pai havia feito. Acontece que, por nunca se ter feito essa averiguação, não se conheceu qualquer disposição até à data da sua morte.

Deu-se despacho a essa petição, cuja resposta do Promotor foi favorável à súplica de Sebastião Pessanha, que fez “...*aSeitação da Cappella, E morgado da quinta de Saõ ViCente, Cuja Administração lhe pertenCia, por Legitima Sucesão...*”⁹⁹. Assim, a partir do ano de 1761, um novo apelido - Pessanha - deu prosseguimento ao antigo *Morgado da Braba* (ou Brava) instituído por Manuel Dias Vivião e Margarida Dias Guerreiro, cujo último senhor foi

⁹⁷ Manuscrito, folhas 12 e 12 verso.

⁹⁸ *Ibidem*, folha 43 verso.

⁹⁹ *Ibidem*, folha 50.

Luís António da Fonseca Vivião Pessanha, moço fidalgo da Casa Real¹⁰⁰. Este último senhor do vínculo desempenhou, na vila de Ferreira, o cargo de provedor da Santa Casa da Misericórdia entre os anos de 1812 e 1816¹⁰¹.

Hoje a Quinta de S. Vicente é pertença de Luís Passanha, por lhe ter sido doada por seus pais Diogo Francisco da Fonseca Maldonado Passanha e Matilde Guedes de Vilhena Passanha¹⁰², grandes reformadores do prédio na década de 30 do nosso século.

Anteriormente a estas reformas, outras se realizaram levadas a cabo por Luís Maldonado Passanha, em 1870¹⁰³ e D. Diogo Francisco D’Affonseca Vivião Passanha (ao que parece o responsável pela demolição dum primeiro edifício que substitui por outro, por volta de 1840)¹⁰⁴.

Não nos é possível saber se o registo que conhecemos do prédio diz respeito ao período anterior à última reforma ou se é posterior. No entanto, o que podemos concluir através dele é que a Quinta de S. Vicente funcionava como moradia e sede de lavoura, tendo a parte rústica uma área de 911 hectares e 2250 metros quadrados, composta “...de cultura arvensis, montado de azeite, solo subjacente cultura arvensis, olival, horta e cultura arvensis Jardim... (o sublinhado é nosso) a parte urbana composta de casas de habitação e dependências destinadas a fins agrícolas...”¹⁰⁵.

Tal como aconteceu com outras propriedades do Alentejo, a parte rústica da quinta foi adquirida pelo Estado com base na Portaria nº 740/ 75 de 13 de Dezembro¹⁰⁶.

Resta-nos sublinhar o facto de que este conjunto de quintas foram (e algumas continuam a sê-lo) pertença de grandes proprietários rurais, das mais nobres e ilustres famílias do Sul do nosso País. Individualidades detentoras de enormes fortunas que desempenharam cargos

¹⁰⁰ Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, p. 337.

¹⁰¹ Este cargo tinha sido em anos anteriores ocupado por José Francisco Falcão Pessanha (1791) e por Diogo Pessanha (1795), *Idem, ibidem*, p. 337.

¹⁰² Livro G-10, Livro de Inscrições de Propriedade, CRPFA, inscrição nº 6211, folha 142 verso. Quando observamos os apelidos Pessanha e Passanha, pomos em dúvida a possibilidade de se tratar da mesma família. Alguma bibliografia consultada para o conhecimento de Ferreira do Alentejo faz alusão ao apelido Passanha descendente da ilustre família dos Almirantes Pessanhas, nomeadamente a obra de Pedro MURALHA, *Monografias Alentejanas*, 1º volume, Lisboa, 1945. Nas suas páginas (327 e 328) são referenciados dois grandes nomes que, pela sua acção não só política mas também de amizade merecem especial realce: o comendador e presidente do Município Luís António Infante Passanha, cujo nome foi dado à praça principal de Ferreira, na qual figura o seu busto com inscrições de reconhecimento deste povo e Diogo Francisco da Fonseca Passanha que, após a sua morte, o poeta popular, António Alexandre – O Alfundão – escreveu, em 1864, uns versos que definem bem o seu carácter: “*Dêste tão nobre Senhor,/ Que foi nosso bemfeitor... Já morreu o Pai dos pobres,... Morreu o Pai da pobreza,... Todos choram com tristeza,/ Que morreu o Pai dos pais.*”

¹⁰³ Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, p. 337.

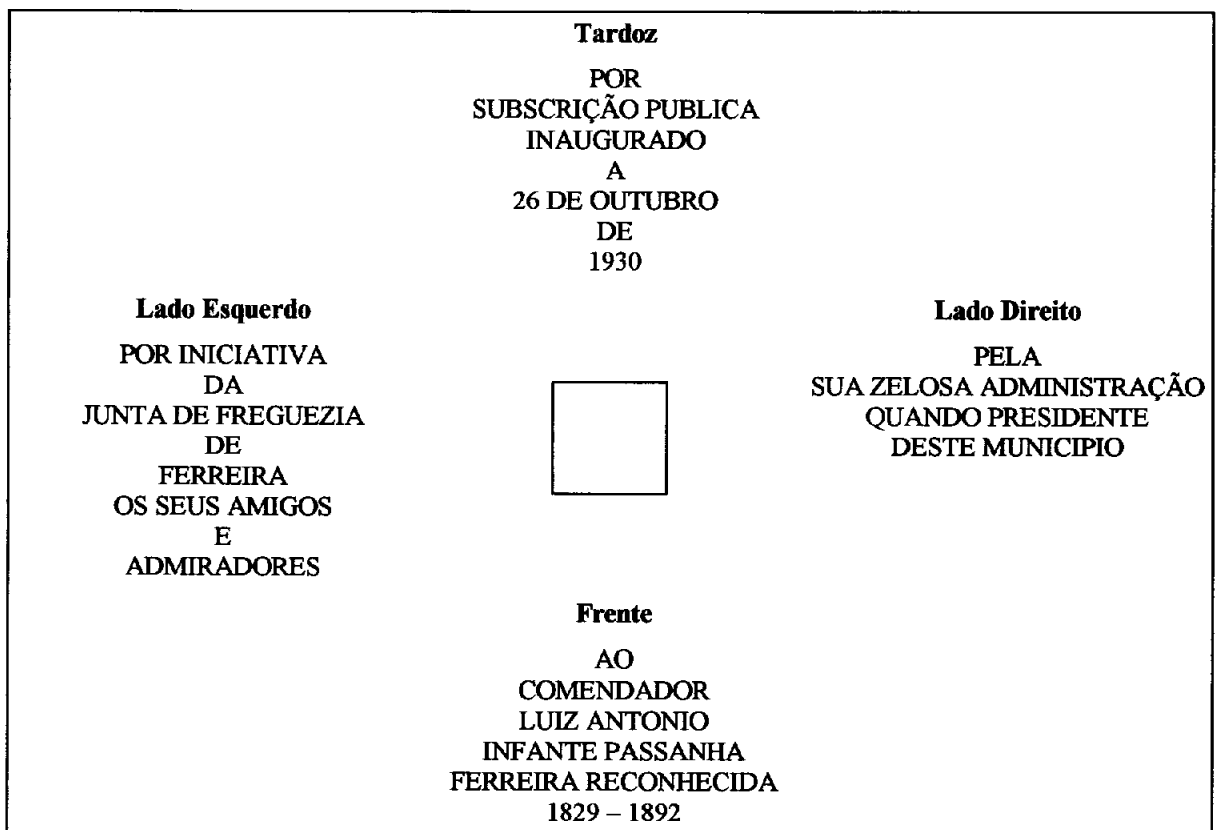
¹⁰⁴ Informação fornecida pela Drª Maria João Pina, Espaço Museológico de Ferreira do Alentejo.

¹⁰⁵ Livro B – 17, Livro das Descrições Prediais, CRPFA, descrição nº 6.250, folha 52.

¹⁰⁶ *Diário do Governo*, I Série, nº 287 de 13 de Dezembro de 1975, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p. 2023.

importantes não somente nas vilas de onde eram oriundos mas também na vida social, política, religiosa e cultural do Portugal de então. Naquelas marcaram e dignificaram o seu nome, contribuindo para o progresso, nomeadamente através da construção de obras públicas de primeira necessidade. Estes factos são-nos facilmente dados a conhecer ao percorrermos essas vilas alentejanas onde, nas praças principais nos surgem os bustos com inscrições, os nomes nas placas de ruas, denunciando o reconhecimento do povo por aqueles que outrora souberam elevar esses lugares.

Ferreira do Alentejo é exemplo desse reconhecimento. Ao chegarmos à praça principal da vila deparamos com a placa onde se lê: *Praça do Comendador Infante Passanha* e no centro da mesma um busto com as seguintes inscrições:



Souberam também multiplicar a sua riqueza através do trabalho agrícola, ao mesmo tempo que mostravam preocupação em embelezar os solares e palacetes de cujos varandins, terraços e grandes janelas recebiam os aromas e a frescura oferecidos pelos seus jardins privados, principalmente durante a Primavera e nos meses estivais quando a temperatura subia vertiginosamente.

À sua fortuna e cargos desempenhados ao longo das suas vidas devemos acrescentar a consciência que existia nestas elites em reconhecerem e reforçarem a diferença entre eles e os

restantes grupos sociais do Alentejo. Em termos económicos a diferença era abismal. Culturalmente, distanciavam-se desses meios campestres pelos seus interesses no que concerne ao desporto, à política, à música, às letras, ao viajar... E à medida que nos aproximamos do século XX, e ao tomarmos conhecimento dos estudos genealógicos, deparamos com um grupo em que muitos elementos destas famílias frequentaram as universidades. No campo social a riqueza e cargos políticos acentuavam claramente o seu prestígio. De tal modo eram detentores dessa consciência que procuravam o cônjuge dentro do seu grupo social e quando destinavam o herdeiro das suas fortunas deixavam assente que para administrar um enorme conjunto de bens não se podia contrair matrimónio com uma mulher qualquer. Esta última preocupação está bem presente no manuscrito, por nós citado anteriormente, que nos informa sobre o *Morgado da Quinta de S. Vicente*. Os instituidores do morgado – à data *Morgado da Braba* – deixam bem expressa a sua vontade ao referirem que por morte de ambos ficará herdeiro e administrador desses bens Salvador Dias Vivião, seu filho, “...Com tal condição que não caze com mulher de nascão nem faça algum Crime de Erezia ou Leivozia...”¹⁰⁷. Nela está também subjacente o conceito de pessoa digna e de bem. O mesmo documento refere os ascendentes do administrador que sucedeu a Salvador Dias Vivião. Notícia que os avós – paternos e maternos – de Manuel Dias Vivião Guerreiro foram lavradores ricos e abastados, nobres por si e seus antepassados por terem servido os cargos nobres e mais honoríficos “...da República da...Villa [de Mértola] e assim Se habilitaraõ pella Menza da Comciencia para lhe lançarem o Abito de Christo...”¹⁰⁸. Esse herdeiro quando recebe a administração do morgado e o reforma, deixa expresso que os seus apelidos “...Sempre foraõ e se comservaõ na melhor e mais Limpa e antigua Nobreza da villa de Mertolla...”. Por isso, é seu desejo que “...todos os Sucessores que depois delle falleser tomarem posse deste Morgado e forem Sucedendo nelle, Logo que tomarem a dita posse, tomem o apelido de veviaõ guerreiro...”. Quando esta situação não se verificar, que perca de imediato o direito à mesma administração e “...e como Se morto fosse...”. Além de pretender perpetuar os apelidos de família a importância que vê nele próprio leva-o a esperar que “...El Rey lhe faça merçe na Matriz Nesta villa para fundar Sua Sepultura...”¹⁰⁹.

Se no nascimento e no percurso da vida estes senhores foram privilegiados, também na morte pretendiam sê-lo. Certificámo-nos ainda mais desta realidade quando, ao visitarmos o cemitério da vila de Cuba, verificámos que a capela do mesmo fora mandada construir pelo

¹⁰⁷ Manuscrito, folha 5 verso.

¹⁰⁸ *Ibidem*, folha 3.

¹⁰⁹ *Ibidem*, folhas 32 e 32 verso.

primeiro Conde da Esperança para jazigo da família e no azulejo que encima o portão de entrada lemos a seguinte inscrição:

VE
JAZIGO MANDADO
FAZER PELO VISCON-
DE DA ESPERANÇA
JOSÉ MARIA DE BARA-
HONA FRAGOSO COR-
DOVIL DA GAMA LOBO
PARA SI E SEVS DES-
CENDENTES
SOMENTE
NO ANNO DE
1867

Tão clara era a sua intenção: o jazigo destinava-se a receber, somente, os descendentes do grande e prestigiado senhor. De tal modo pretende exaltar o seu nome que para futuramente não se misturarem *almas* menos importantes, ele manda construir a capela/jazigo deixando, desde logo, registada a sua vontade. Reparámos, ainda, noutro aspecto importante. Enquanto noutros cemitérios existe uma igreja onde, eventualmente, podem estar sepultados indivíduos de grande prestígio social, em Cuba a igreja foi

substituída pelo citado jazigo. Daí quando nos referimos a ele chamamos-lhe também capela. Tal era a importância e poder que esta família possuía!

Ainda em relação a uniões matrimoniais, situação interessante nos foi dada a conhecer. Através do estudo que efectuámos à *Ascendência e Descendência de D. Joana Gil...*, Viscondessa da Ribeira Brava, deparámos, já para o nosso século, com um matrimónio entre um membro dessa família, Maria Isabel Jorge Gouveia Beltrão – filha de Luís Maria Gil de Gouveia Beltrão – e António José Passanha Braancamp Sobral, neto materno de D. Diogo D’ Afonseca Maldonado Passanha e D. Matilde Guedes de Vilhena Passanha¹¹⁰.

Note-se, também, que deveriam ser estreitas as relações de amizade e convívio entre este grupo de famílias. Senão fixemo-nos no seguinte acontecimento: quando se preparou o cortejo fúnebre que se havia de seguir para conduzir os restos mortais de Vasco da Gama para os Jerónimos, procurou fazer-se com o máximo da solenidade. Para que tal se concretizasse tornava-se necessário existirem meios adequados que engrandecessem esse acto. Foi nessa altura que o Senhor Governador Civil de Beja viu satisfeito o pedido que fizera a Luiz d’ Affonseca Maldonado Vivião Pessanha, o qual contribuiu para o enobrecimento do evento emprestando “...*uma antiga carruagem de gala, puxada a duas parelhas...*” que possibilitou a chegada dos restos mortais do Grande Almirante até à vila de Cuba¹¹¹.

É óbvio que podemos entender esse acto de colaboração sob vários pontos de vista. Em primeiro lugar, seria sempre de bom tom Luís Pessanha corresponder à solicitação do Governador Civil; em segundo lugar, a cedência da sua carruagem possibilitava-lhe um agradecimento por parte das autoridades responsáveis pela trasladação, bem como ver o seu

¹¹⁰ Marcelo Olavo Corrêa d’AZEVEDO, *ob. cit.*, pp. 103 e 104.

¹¹¹ *Diário do Governo*, nº 139 de 22 de Junho de 1880, Imprensa Nacional, p.1589.

nome ligado a um acontecimento para louvar o grande vulto português que foi Vasco da Gama; por último, é possível entendermos esse seu gesto como comprovativo duma amizade que deveria já existir entre os Pessanhas e os Gil de Borja de Macedo e Meneses.

Outros distintivos reforçaram a posição desses lavradores: os títulos. O século XIX, mais propriamente o Liberalismo, facultou a esses proprietários a atribuição de títulos de condes e viscondes que, de tal modo, lhes assentaram bem que os seus descendentes, embora conhecedores da inexistência jurídica dos mesmos, ainda hoje respondem por eles ao serem interpelados pela população mais idosa das vilas próximas das quintas.

E foi aí, nas quintas, no seguimento da casa de habitação, que estes senhores nobres construíram mais um elemento que se tornou num símbolo de prestígio social: o jardim murado. Mas não só. Enquanto se apresentam como testemunhos de prestígio social, com estas criações os seus proprietários conseguiram imprimir uma dimensão de urbanidade no seio do mundo rural. É nas quintas que se constróem, embora de forma mais humilde, espaços com características semelhantes àqueles que os nobres citadinos possuem, em lugares aprazíveis, fora de Lisboa.

2. AS QUINTAS – SUAS CARACTERÍSTICAS E TIPOLOGIA

A abundância que em as terras de Alentejo ha de trigo, he manifesta aquem aquella terra sabe, por o qual os campos de Euora, Beja, Serpa... (que parecem outro Egypto como os antigos diziam por Sicilia, que era celleiro do pouo romano) se podem chamar o celleiro do grande pouo de Lisboa...

Duarte Nunes de Leão¹¹²

A primeira preocupação que tivemos ao iniciarmos o estudo das propriedades, anteriormente apresentadas, foi tentar perceber se estávamos na presença de quintas rústicas ou quintas de recreio. Para não elaborarmos uma classificação leviana resolvemos socorrer-nos de todo o suporte bibliográfico possível acompanhado de várias visitas ao local, de modo a que nos encontrássemos na posse de elementos suficientes que permitissem tipificar seriamente esses espaços.

Debruçámo-nos algum tempo sobre o significado da palavra *quinta* e verificámos que a maioria da bibliografia, para este fim consultada, refere tratar-se de “*Prédio rústico com casa de habitação*.”¹¹³ ou “...*terreno de sementeira*”¹¹⁴. É claro que tais explicações são, só por si, insuficientes para um completo conhecimento desses espaços característicos da arte de jardinar em Portugal. Em nosso entender, torna-se imperiosa a sua contextualização histórico-económica dentro do universo mais alargado que constitui a evolução da agricultura.

José da Silva Picão na sua obra *Através dos Campos...* dedica um capítulo às casas de residência das herdades, chamando a nossa atenção para os montes, sendo estes, no seu ponto de vista, uma das realidades mais notáveis da província transtagana. Considera que estas construções, sedes das lavouras, são aquilo que noutras zonas do País “...*se chama granjas, casais, quintas, etc...*”. Adianta que mesmo funcionando com o mesmo objectivo, existem diferenças de capacidade e de construção que o levam a dividir os montes em cinco classes. Por último, refere que existe outro tipo de construções que em nada se confundem com os montes: vivendas agrícolas, sumptuosas e de condições excepcionais. São elas “...*algumas quintas de recreio, cumulativamente sedes de lavoura, para o que reúnem os elementos precisos, além dos que lhe sobejam para a residência aprazível de um opulento proprietário*.”¹¹⁵.

Para este autor a quinta é designada como um espaço de dimensões consideráveis que contém pomares de laranjeiras, ameixiais, entre outras árvores de fruto, cercado de bons

¹¹² *Descrição do Reino de Portugal*, 1610, pp. 64 verso e 65.

¹¹³ António de Morais SILVA, 1956, p. 105 e José Pedro MACHADO, vol. V, 1991, p. 352.

¹¹⁴ José Pedro MACHADO, *ob. cit.*, p. 352 e do mesmo autor *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. III, 1984, p. 1227.

¹¹⁵ José da Silva PICÃO, 1983, pp. 25 e 26.

muros de alvenaria¹¹⁶.

Fernand Braudel ao reflectir sobre os grandes proprietários, afirma que as planícies pertencem aos senhores e que nas veigas portuguesas existe um número considerável de casas de fidalgos – os solares – que exibem na frontaria grandes brasões. Estabelece um termo comparativo entre esta realidade e a que se observa na Marema Toscana, onde abundam castelos de agressivos torreões, característicos duma sociedade onde impera o senhor, proprietário que domina a região e que aí não reside permanentemente. Castelos utilizados apenas para habitação temporária¹¹⁷.

As quintas em estudo surgem, em primeiro lugar, denunciando uma forte e prioritária utilidade agrícola, onde os seus proprietários estabeleceram habitação permanente e daí geriam e administravam a lavoura. Não obstante funcionando como prédios mistos, os seus donos eram detentores de prédios urbanos nas vilas que apenas se distanciam por poucos quilómetros (entre 1,5 e 5 Km)¹¹⁸. Tal como as quintas lhes iam sendo legadas por meio de testamentos e doações, também muitos desses prédios eram adquiridos dessa forma.

Estabelece-se, assim, uma estreita ligação entre as quintas e as vilas não somente como entidades empregadoras da população rural daí naturais¹¹⁹ mas também pelo facto de nas vilas e lugares próximos se consumirem os produtos da quinta¹²⁰.

Enquanto alguns proprietários do Alentejo habitavam nos grandes centros urbanos e possuíam as suas casas de veraneio na província, outros faziam delas a sua habitual residência procurando as grandes cidades em períodos de descanso. Nessas alturas frequentavam lugares

¹¹⁶ José da Silva PICÃO, 1983, p. 39.

¹¹⁷ Fernand BRAUDEL, vol. I, 1993, pp. 90 e 91.

¹¹⁸ D. Matilde Guedes de Vilhena Passanha mesmo residindo na Quinta de S. Vicente, possuía alguns prédios urbanos na vila de Ferreira, para além da casa de Lisboa, na Rua Buenos Aires nº 45. Túlio Espanca, quando apresenta um conjunto de edifícios notáveis, existentes na vila de Cuba, faz menção ao Palacete da Rua Serpa Pinto, onde se encontra instalado o edifício da Câmara Municipal. O imóvel foi adquirido, para esse efeito, ao Visconde da Esperança (segundo escritura lavrada em 22 de Fevereiro de 1877), o qual, por mais de uma vez, exerceu o cargo de presidente desse município. Contudo, a família deste nobre senhor sempre se fixou no solar campesino da Herdade de Nossa Senhora da Esperança, desde quando aí tomaram residência os grandes lavradores Janeiro de Barahona, Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, pp. 277 e 278.

¹¹⁹ Não possuímos elementos que nos permitam afirmar se nestas propriedades trabalhavam assalariados rurais provenientes de outros pontos de Portugal. João Maria Parreira Cortez ao referir as contestações de salários em alturas de procura de mão-de-obra, especificamente a dos tosquiadores, diz ter resolvido requisitar a quadrilha de Aldeia Nova (hoje Vila Nova de S. Bento). Situação semelhante surgiu na época da ceifa. Saliência a pouca afluência das mulheres em algumas das suas propriedades, o que não se verifica nas terras onde tem algarvios ao seu serviço, Ana Maria Cardoso de MATOS e outros, 1982, p. 67. Silva Picão aponta outra região do País – as Beiras – de onde era costume deslocarem-se homens e rapazes para virem ocupar-se nas ceifas dos cereais nas herdades do concelho de Elvas. Esses ceifeiros beirões eram conhecidos pelo nome de *ratinhos* ou *ratos*, José da Silva PICÃO, *ob. cit.*, p. 225.

¹²⁰ Maria Rita Cortez ao recordar momentos da sua infância passados no Monte Novo, propriedade do tio António, diz que muitos dos passeios que fazia com sua prima Maria dos Anjos e a Marianita – filha da pateira do monte – eram feitos a outros montes e quintas próximas: à Junqueira, à Graciosa, à Quinta de S. Brás. À

aprazíveis, desfrutavam do relacionamento com as elites locais e tomavam contacto com os últimos eventos culturais. A sua riqueza proporcionava-lhes prestígio social.

O padrão de vida que conhecemos a João Maria Parreira Cortez – um dos maiores proprietários de Serpa – teve origem na fortuna que tão bem conseguiu gerir e aumentar e na da sua família, proprietária de grandes áreas na região e talvez a de maior prestígio social, exceptuando, é claro, a família dos Marqueses de Ficalho. Ele inclui-se entre os quarenta maiores contribuintes do concelho e encontra-se à frente de certas organizações concelhias e de *classe* que ao Governo apresentam reivindicações. Em Serpa, João Maria frequentava o clube local, incentivava as actividades da sociedade musical, entre outras realizações culturais e contribuía para a realização anual das festas religiosas. Na cidade de Lisboa usufruía dos meios em que se inseria o financeiro e comerciante António José de Andrade, seu grande amigo. Fazia-se representar nos bailes e na ópera, nas caçadas em Queluz e procurava Sintra para passear com a família. No Algarve, Vila Real de Santo António era a localidade escolhida para onde se desloca anualmente *a banhos*. O seu perfil contabilístico e cultural fazem dele um lavrador com uma mentalidade que se distingue no meio rural. A viagem a Paris em 1876 e a passagem pelo Museu do Prado, a sua representação na Exposição Agrícola em 1884 retratam bem o seu interesse multifacetado¹²¹.

Mesmo antes de conhecermos estas quintas ficámos, desde logo, com a certeza de que na sua maioria faziam parte de grandes casas agrícolas ao tomarmos contacto com as descrições prediais. Em todas elas aparece mencionada a área de cultivo e respectivas produções, à qual se juntam prédios urbanos: celeiros, palheiros, cavalariças, entre outras dependências destinadas a fins agrícolas.

Mas o que lhes deixa de conferir um imediato e único significado rústico ou de quinta rústica são os seus jardins, esse espaço organizado de material vivo e inerte, polarizado de cores, formas, aromas e significados. São também responsáveis a disposição, a arquitectura e embelezamento das suas habitações, onde são visíveis aspectos de conforto.

Afirmamos anteriormente que estas quintas (com idêntica função à dos montes) funcionam como centros administrativos de grandes casas de lavoura. Contudo, elas apresentam características que nos levam a ter algum cuidado quanto às suas classificação e

quinta deslocavam-se “...todas as tardes, ao Sol-posto, comprar o leite de vaca para o pequeno almoço.”, Maria Rita Ortigão Pinto CORTEZ, 1994, p. 33.

¹²¹ Acerca do prestígio social da família, é o próprio Cortez que fala na sua influência entre os meios aristocráticos, na alta finança e no aparelho de Estado. Sobre a amizade com António José de Andrade deve dizer-se que foi este que lhe possibilitou contactos com Henry Burnay, notável banqueiro que se estabeleceu em Portugal em finais do séc. XVIII, princípios do séc. XIX, Ana Maria Cardoso de MATOS e outros, *ob. cit.*, pp. 33 a 36 e 143. Relativamente ao seu contributo para o desenvolvimento cultural de Serpa veja-se ainda José

tipologia. Para além da robustez destas arquitecturas, a elas estão anexados pequenos jardins onde se encontram os grandes reservatórios de água (tanques e noras), os quais, muitas vezes, constituem elementos centrais e animadores do espaço adquirindo assim um carácter de ludicidade que se alia com o carácter de produção.

Qual seria então o objectivo destes proprietários em embelezarem grandes tanques de rega? Que significado podem ter a estatuária, a azulejaria, os alegretes e bancos de repouso junto de construções de carácter marcadamente utilitário?

São questões como estas que nos levam a ponderar ao pretendermos classificar casas onde são notórias as criações de prazer, embora nelas sobressaia com especial relevância o carácter produtivo.

No Alentejo a terra foi, desde os tempos mais recuados, uma importante fonte de rendimento, geradora de riqueza¹²². Esta prática não deve ser circunscrita à região do Sul mas a todo o Portugal, caracterizado por um baixo índice de industrialização, onde a terra constituía a maneira mais segura de realizar investimentos¹²³.

É sabido que não nos encontramos perante uma agricultura desenvolvida. Salvo poucas excepções – o Minho, Beira Litoral e Estremadura – onde a agricultura apresentava avanços significativos, o resto do país mostrava-se ainda muito arreigado a processos e técnicas tradicionais. Especificamente no Alentejo, este atraso devia-se, para além da utilização de alfaías agrícolas antigas, ao exclusivo da cultura cerealífera, à má rentabilização do pousio e a criação de gado adquirir “...um papel complementar e residual...”¹²⁴.

Em 1871 realizou-se em Évora, por iniciativa da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa, um concurso de instrumentos agrícolas dedicado às alfaías para mobilização dos solos. À exposição acorreram fabricantes e importadores de Lisboa para além da presença de lavradores. Entre eles encontrava-se o Visconde da Esperança, “...o primeiro introdutor no Alentejo da machina de ceifar de Burgess e Key, introdutor na sua extensa lavoura de diversos instrumentos aperfeiçoados, e sobretudo o mais intrépido e disvelado apóstolo da machina de debulhar de Ramsomes e Sims.”. Nesta ocasião o Visconde exibiu o

Maria da Graça AFFREIXO, 1993, p. 277.

¹²² No séc. XIX a consciência de que a agricultura é, indiscutivelmente, uma actividade rentável e, por isso, fonte de investimento, aparece bem vinculada em Serpa. João Maria Parreira Cortez produz essencialmente para o mercado, participa de forma activa e directa nos circuitos de comercialização com vista a obter o maior lucro possível. Os maiores gastos são feitos com a mão-de-obra devido ao pouco uso das máquinas, à intensificação da exploração da terra e em contribuições e impostos. Só quando os encargos diminuem pode proceder à limpeza e construção nas suas propriedades, Ana Maria Cardoso de MATOS e outros, *ob. cit.*, pp. 63, 76 e 77.

¹²³ José CUTILEIRO, 1977, Lisboa, p. 47.

¹²⁴ Helder Adegar FONSECA, 1996, p. 100.

seu arado para barros¹²⁵.

Na exposição estiveram patentes instrumentos agrícolas nacionais e estrangeiros e ainda invenções de alguns dos presentes. Esta situação leva-nos a concluir que existia, neste período, uma preocupação em se aperfeiçoarem as técnicas agrícolas por forma a se alcançarem maior rentabilidade e, por conseguinte, maiores lucros. Não descuremos, no entanto, que os representantes no evento de 1871 eram grandes proprietários rurais. Das alfaias que Helder Adegar Fonseca nos dá a conhecer, todas elas se destinavam ao trabalho relacionado com a cultura cerealífera.

O mesmo autor ao referir os relatórios anuais das autoridades distritais, para meados do século XIX, aponta para o facto do Alentejo ser apresentado “...*como uma província onde a actividade produtiva e a agricultura regionais quase se confundiam*.” Acrescenta ainda que, no ano de 1862, o Governador Civil de Évora considerava que, como era do conhecimento geral, a indústria do distrito era a agricultura. O de Beja concluía que a agricultura era “...*a única fonte de riqueza d'este fertilissimo torrão*.”¹²⁶.

Acerca da fertilidade do solo alentejano todos os autores são unânimes, considerando-se que a principal riqueza dizia respeito ao trigo, azeite, vinho, gado suíno e lãs, proporcionando, a sua exportação, avultados lucros¹²⁷.

Se partirmos desta apreciação geral e quisermos caracterizar as mais significativas produções dos concelhos a que as quintas em estudo se inserem, verificamos que, por exemplo, para Cuba, no século XIX, da área destinada às culturas arvenses, o trigo ocupava um papel preponderante. A maior parte desta cultura encontra-se nas terras fortes ou medianas ao redor da vila, parte delas equiparadas aos tão famosos barros de Beja. As vinhas, dum modo geral bem tratadas, ganhavam especial importância, sendo as de melhor qualidade, as dos solos dioríticos, como as de Vale de Cuba¹²⁸. Esta localidade e Vila Alva juntamente com Vila de Frades e Vidigueira constituíam um importante centro vinícola, no dizer de Pery, “...*o mais notável do sul do Alentejo*...”, do qual a Vidigueira ocupava a maior área¹²⁹.

No que dizia respeito aos processos de vinificação, há a salientar o facto do Visconde da Esperança ser possuidor de “...*uma machina de distillação a vapor*.”, e em relação ao

¹²⁵ Helder Adegar FONSECA, *ob. cit.*, pp. 409 e 410. Consulte-se a nota 729, da mesma obra, p. 409. Já anteriormente, em 1843, quando a Família Real foi recebida no Solar da Esperança, o senhor Visconde, para honrá-la, promoveu uma amostragem agrícola e pecuária inédita, a qual obteve uma importante projecção nesse tempo, Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, p. 277.

¹²⁶ Helder Adegar FONSECA, *ob. cit.*, p. 24.

¹²⁷ *Idem, ibidem*, p. 101.

¹²⁸ Gerardo Augusto PERY, 1884, pp. 23 e 26.

¹²⁹ *Idem*, 1887, p. 34.

“Fabrico de feitoria... desconhecido na Cuba e proximidades... o sr. visconde usou d’este systema antes de apparecer a doença nas uvas...”¹³⁰. Contudo, o grande progresso na indústria do fabrico do vinho encontrava-se na “...melhor adega do sul do Alentejo. [Esta pertencia] ao sr. visconde da Ribeira Brava.”¹³¹.

Ainda em relação à cultura da vinha, deve referir-se que no concelho de Cuba, existiam as parcelas de terra destinadas unicamente à vinha e olivais de cultura mista: oliveira e vinha.

Dos 837 hectares destinados ao olival neste concelho, a freguesia de Cuba ocupava 278. Dos cinco lagares existentes, um merece especial referência. Era pertença do Conde da Esperança, que para “...alem de duas varas do systema antigo, [possuía] uma prensa de parafusos.”¹³². Esse abastado lavrador tinha na mesma freguesia “...um sobreiral de 10 hectares, proveniente de sementeira...”¹³³.

As culturas do concelho de Vidigueira eram, dum modo geral, idênticas às do concelho de Cuba. O autor que temos vindo a citar apresenta-nos uma classificação das produções do concelho, segundo o seu maior valor, em que a cultura do trigo ocupa o primeiro lugar seguido das vinhas, pastagens (gado ovino e bovino), olivais, cevada, aveia, montados (gado suíno), hortas e pomares, criação de gado caprino, cultura da fava, cortiça, chicharo, grão, centeio e, por último, a cultura da batata. Esta listagem altera-se quando classifica as produções segundo o valor do seu rendimento líquido, ficando a ocupar o primeiro lugar as vinhas seguidas das pastagens (gado ovino e bovino), cultura do trigo, olivais, montados, hortas e pomares, cevada, criação de gado caprino, aveia, cortiça, fava, chicharo, batata, grão e, em último lugar, a cultura do centeio¹³⁴. Ao referir as culturas das hortas e pomares, aponta o número de quintas e hortas existentes na Vidigueira, nas quais existiam bons laranjais em plena produção. A superfície ocupada pelos pomares de laranja foi avaliada na décima parte da área total das hortas¹³⁵.

Ferreira do Alentejo é apresentada na *Corografia Portuguesa* como uma terra fértil, de barros finos, nos quais existia abundância de trigo. Especial destaque é também dado à cultura da vinha, ao azeite e frutas¹³⁶. Para um período posterior (1890), surge-nos uma classificação das produções em relação ao seu valor absoluto, agrupando-as da seguinte forma: trigo,

¹³⁰ João Inácio Ferreira Lapa, *Memoria sobre os processos de vinificação empregados nos principaes centros vinhateiros do continente do reino*, 1866, citado por Gerardo Augusto PERY, 1884, pp. 27 e 28.

¹³¹ *Idem, ibidem*, p.29.

¹³² *Idem, ibidem*, pp. 30 e 31.

¹³³ *Idem, ibidem*, p. 31.

¹³⁴ Cf. Gerard Augusto PERY, 1887, pp. 42 e 43.

¹³⁵ *Idem, ibidem*, p. 41.

¹³⁶ P^o António Carvalho da COSTA, Tomo II, Capítulo XIII, MDCCVIII, p. 496.

vinhas, pastagens naturais, aveia, montados, olivais, cevada, cortiça, centeio, hortas e pomares, fava, chicharo, milho, grão de bico, batata, arroz e tremoço. É evidente, sob o ponto de vista do seu valor absoluto, a importância das culturas do trigo e da vinha, as pastagens, a cultura da aveia, os montados e os olivais. Se pretendermos a classificação das produções de acordo com o seu rendimento líquido, verificamos que essa ordem se altera, passando a agrupar-se do modo seguinte: vinhas, pastagens naturais, trigo, montados, cortiça, olivais, aveia, cevada, hortas e pomares, centeio, fava, grão de bico, milho, chicharo, batata, arroz e tremoço¹³⁷. As três primeiras produções são exactamente as mesmas apontadas para o concelho de Vidigueira.

Devemos fazer menção à relação que se estabelece entre o incremento da produção vinícola e o aumento populacional e do seu bem-estar. O desejo de todos possuírem uma pequena parcela de vinha levou os grandes proprietários a subdividirem as suas herdades e aforarem, por bom preço, parcelas de terra para um ou mais milheiros. Esta situação levou a uma maior fixação da população que aí construiu a sua habitação graças aos primeiros ganhos adquiridos com a plantação da vinha. No final de oitocentos, Ferreira viu-se alargar através da construção de casas (novos arruamentos) ao redor da vila¹³⁸.

As mesmas culturas são mencionadas por Pinho Leal para o concelho de Serpa. Aos cereais, azeite, vinho, fruta, legumes e aos “...vastos montados, onde se criam e engordam muitos milhares de porcos, que constituem um importantíssimo ramo de commercio.”, deve acrescentar-se a cera e o mel. Outro produto com grande peso na exportação é o famoso queijo, conhecendo-se, para finais do século XIX, um grande comércio com a vizinha Espanha¹³⁹. As hortas e pomares são referidos nas mais diferentes obras não apenas pela qualidade dos frutos e legumes mas também pelo facto de existirem em grande número. O Padre António Carvalho da Costa aponta para a vila de Serpa e “...seu termo 120 hortas, & pomares com 200 herdades...”¹⁴⁰. O Padre Luís Cardoso, que alguns anos mais tarde faz a descrição do mesmo concelho, diz que, por essa altura, talvez não existam tantas “...mas mais de cento lhe [numera]..., em que entrão boas quintas de agua de pé.”¹⁴¹.

Dos elementos recolhidos no recenseamento levado a cabo em 1793 consta que o trigo, o azeite, a lã, a cera e os queijos constituíam os principais géneros de exportação. No final do

¹³⁷ *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, nº 12, 2º ano, 1890, p. 1378.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 1374.

¹³⁹ Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho LEAL, volume IX, 1880, p. 173.

¹⁴⁰ P^o António Carvalho da COSTA, *ob. cit.*, p. 477.

¹⁴¹ P^o Luís CARDOSO, *Dicionário Geográfico...*, volume XXXIV, Rolo 685, Memória 137, ANTT, microfilme, folha 1004.

século XIX verifica-se uma situação semelhante com excepção da cera que é substituída “...pela laranja de que ha bons pomares.”¹⁴². Para aquele ano de 1793 contavam-se oitenta hortelões em todo o concelho de Serpa¹⁴³, número que nos permite concluir que os produtos hortícolas adquiriam muita importância. Em finais do século XVIII o concelho apresenta-se predominantemente agrícola, salvo a aldeia de Brinches onde estava instalada a indústria dos tecidos da lã¹⁴⁴.

São alguns destes principais géneros agrícolas que encontramos referenciados no núcleo de quintas em estudo. Se concluirmos que se tratam principalmente de casas de lavoura não é motivo de admiração que os seus proprietários fizessem delas residência permanente, pois, certamente grande parte das suas fortunas haviam dilatado graças à comercialização dos produtos nelas produzidos. O absentismo é, em nosso ponto de vista, um problema que não se coloca para esta realidade, o qual foi, para períodos anteriores, bastante negativo tanto para as propriedades como para a população. No século XVI, muitos entendidos atribuíam o declínio da agricultura nesse período “...ao facto da maior parte dos grandes senhores abandonarem os seus solares, attrahidos pelo fausto da côrte de D. Manuel.”¹⁴⁵.

O exposto anteriormente deixa claro a importância que adquiriam os produtos hortícolas e as árvores de frutos, em especial os citrinos. A laranja ocupou, seguramente, lugar de destaque na produção e comercialização de frutas¹⁴⁶. Entre os séculos XVI e XIX assiste-se a uma enorme difusão da citrinicultura o que nos permite concluir que se encontravam longe os tempos em que os citrinos se apresentavam não como árvores de produção mas sim como imbuídos de valor ornamental – característica do jardim mudéjar – valorizando-se a flor, o fruto e o aroma. Quando, no século XVI, através das viagens dos Descobrimentos, tivemos oportunidade de conhecer uma variedade de laranja mais doce e, por isso, mais saborosa do que aquela por nós já conhecida, a laranjeira ganha um outro valor: o económico. É, exactamente, no momento em que a laranja passa a ocupar uma grande área do pomar que se observa um dos pontos mais altos da conciliação entre produção e recreio. Isto porque embora

¹⁴² José Maria da Graça AFFREIXO, *ob. cit.*, p. 280.

¹⁴³ *Idem, ibidem*, p.229.

¹⁴⁴ *Idem, ibidem*, p.230.

¹⁴⁵ Gerardo Augusto PERY, 1887, p. 28.

¹⁴⁶ Para um conhecimento sobre a introdução e cultura da laranja em Portugal consulte-se José Tavares de MACEDO, *A cultura da Laranjeira em Portugal, Estudo Histórico sobre o Commercio da Laranja*, Lisboa, 1854; José E. Mendes FERRÃO, «Acerca da Introdução da Laranjeira Doce em Portugal», *Separata do volume XXXVIII dos Anais do Instituto Superior de Agronomia*, Lisboa, 1978-1979, pp. 197 a 204 e Eugénio Castro CALDAS, «A Agricultura na História de Portugal», *Vida Rural*, nº 10, 1990, p.77. Acerca do comércio externo português onde a exportação de frutas (vinho e azeite) desempenha um papel relevante deve consultar-se Jorge Borges de MACEDO, “Comércio Externo”, in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, Livraria Figueirinhas, Porto, 1989, pp. 113 a 118.

se torne um género agrícola muito apreciado no estrangeiro – de valor comercial – continua a conservar o seu valor estético transmitido pela cultura islâmica¹⁴⁷. Esta ideia encontramos-la bem expressa no *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*. Ao descreverem-se as culturas das hortas e pomares do concelho de Ferreira do Alentejo, essa obra informa-nos da existência de vinte hortas ou quintas, contando algumas delas pomares de laranjeiras entre outras árvores de fruto. Acrescenta sublinhando que, na sua maior parte, essas hortas são compostas por pequenas parcelas de terra “... dentro das herdades, cultivadas para regalo dos lavradores que habitam os montes...”, de onde colhem as hortaliças para o consumo da própria família. Abre, contudo, algumas excepções: aquelas que pela extensão e modo de tratamento são consideradas explorações hortícolas e pomíferas de grande importância. Nesse conjunto aparece referenciada a Quinta de S. Vicente¹⁴⁸.

Terão tido, para além da Quinta de S. Vicente, as restantes quintas hortas e pomares dignas de ser mencionadas? Julgamos que sim. Pois se assim não fosse as descrições prediais não fariam referência deles ao descreverem esses prédios. Os termos utilizados são, exactamente, *horta* (Quintas do Carmo e de S. Vicente); *árvores de diferentes frutos* (Quinta do Carmo) e *pomar(es) de espinho e caroço* (Quintas da Esperança, de Santo António e de S. Pedro). Através destas leituras não subsistem dúvidas quanto ao carácter produtivo. Encontramo-nos, então, na presença de quintas com características rústicas. No entanto, não lhe podemos atribuir apenas esta designação pelo facto de nelas existirem pequenos jardins que em todo o seu conjunto parecem querer ascender aos hortos característicos das quintas de recreio.

Serão, deste modo, quintas de recreio? Não nos parece. Pois, nestas, a formalização do horto de recreio, para além de adquirir maiores proporções, onde a casa de habitação se apresenta mais como um pavilhão, o tratamento e arquitectura do jardim encontra-se direccionado para uma função mais de vilegiatura do que de produção. Por outro lado, a quinta de recreio não se apresenta como sede de lavoura e, por isso, os seus proprietários não fixaram nela a sua residência permanente.

As quintas, nosso objecto de estudo, demonstram eloquência e volumetria na construção habitacional enquanto o jardim se desenvolve num espaço de reduzidas dimensões. O jardim consome-se entre os muros e o volume do complexo residencial, ocupando uma pequena área.

Que significado poderá ter a existência do jardim junto à habitação destas casas de herdade? Em nosso entender, estes jardins surgem imbuídos de valor simbólico. Apresentam-

¹⁴⁷ Aurora CARAPINHA, vol. I, 1995, pp. 230 e 231.

¹⁴⁸ *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, 1890, p. 1376.

-se mais como um distintivo. São um símbolo, a acrescentar a tantos outros, duma elite rural que pretende marcar a diferença através de construções de espaços que em nada se assemelham aos lugares ocupados e vividos pela grande maioria da população. A existência do jardim deixa transparecer ser um outro elemento que contribui para a qualidade de vida da elite local. Não só confere um *status* diferente ao seu proprietário, como também lhe dá a possibilidade de viver em contacto permanente com a Natureza. Esta ideia parece estar bem enraizada na consciência colectiva do Portugal oitocentista e surge-nos expressa na literatura. Senão vejamos: quando o velho Afonso da Maia decide habitar o Ramalhete, Vilaça – seu procurador – assombrado com tal comunicado resolveu elaborar um relatório onde apresenta os inconvenientes de se viver nesse casarão. De entre muitas razões apontou a falta de um jardim, principalmente para “...*quem saía dos arvoredos de Santa Olávia...*”¹⁴⁹.

A vontade de se viver em permanente contacto com a Natureza e a forma como esta se organizou rodeada de altos muros e sebes atribuiu ao jardim português uma característica comum a todos eles: o seu carácter de intimidade. De tal forma este aspecto está subjacente à ideia e concepção que se faz destes lugares que a entrada para esse espaço – continuação da casa a céu aberto – nunca se faz directamente mas através do edifício ou pátio.

Dum modo geral, o jardim situa-se nas traseiras do complexo habitacional, em perfeito contacto/ continuidade com este, o qual abriu um conjunto de fenestraçãoes e terraços que permitem a observação em particular e a dilatação dos sentidos em geral.

Apresentam-se, então, como lugares íntimos, privados, sempre vedados à vista do público.

Se pretendermos estabelecer um termo comparativo entre a quinta de recreio e as abordadas no nosso trabalho verificamos que aquela foi desenhada, geometricamente com o objectivo de ser vivida (quase) exclusivamente para o prazer, surgindo o carácter de produção sucedaneamente, enquanto nestas, num contexto produtivo, surgem pontualmente criações de prazer num jardim de pequenas dimensões, servindo, muitas vezes, esses elementos de suporte a registos que engrandecem as respectivas famílias. Naquela a linguagem lúdica constitui uma característica prioritária.

Conscientes de tais diferenças parece-nos ser lícito afirmar tratarem-se de quintas rústicas com jardim. É claro que uma delas – a Quinta de S. Vicente – pela geometrização e organização do espaço e pelos elementos decorativos, apresenta um horto que parece querer ascender ao horto de recreio. A Quinta do Carmo merece tratamento especial em virtude de

¹⁴⁹ Eça de QUEIRÓS, 1994, p. 77.

outrora ter sido um convento.

Para que compreendamos melhor as suas características vamos ocupar-nos, em seguida, de todas elas individualmente.

2.1. QUINTA DO CARMO

Ao longo do primeiro capítulo fomos fornecendo elementos que julgamos de extrema utilidade para o conhecimento destas quintas alentejanas. Salientámos o facto de, com o passar dos tempos, elas receberam novos elementos que as foram valorizando e no caso específico da Quinta do Carmo – antiga casa carmelita – operou-se uma verdadeira adaptação do convento em residência familiar. Esta foi, inevitavelmente, uma das maiores transformações que se conhecem na história destes imóveis.

Quando nos aproximamos do Solar das Relíquias aparentemente nada indica ter vivido aí uma comunidade religiosa durante tantos séculos. A fachada principal da igreja, ladeada por duas torres, embora o templo dê continuidade ao edifício, permanece oculta entre o arvoredo e de certo modo separada por um muro de cujo portão de ferro se tem acesso a um espaço a céu aberto que conduz à porta principal da igreja. Sem apontarmos o interior, onde são bem visíveis os espaços que compunham a casa conventual (capela, claustros, as actuais salas de abóbadas artesoadas), é já no jardim, contíguo ao antigo convento, que se tem a percepção da presença religiosa através da observação do grande corpo da igreja e, ao fundo do mesmo, a existência de uma pequena ermida, de planta circular, de invocação a Santa Lúzia. Na fachada posterior do edifício, pode ser admirado um painel de azulejos (azul e branco) representando a aparição da Virgem das Relíquias à Pastora, introduzido, no nosso século, por um familiar dos últimos proprietários.

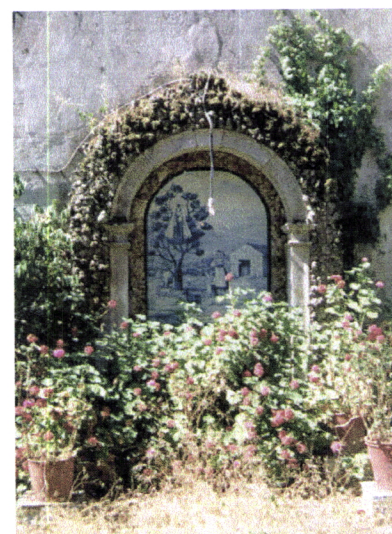


Fig. 5 – Azulejo alusivo à aparição da Virgem à Pastora.

Foi o passar dos tempos juntamente com o gosto, pendor estético e o poder económico dos seus proprietários que concretizaram a obra que hoje podemos observar.

No dizer de Fr. José Pereira de Santa Ana, a cerca conventual era murada de pedra e cal, a qual ocupava uma extensão notável. Entre muitas doações que lhe foram feitas, no ano de 1579 o senado da Câmara da vila doou uma boa parcela de terras ao convento possibilitando-

-lhe assim o alargamento dos seus muros. Segundo o mesmo autor, a fertilidade da cerca atribuía-se ao facto de nela entrarem duas ribeiras onde corria água todo o ano, sendo esta utilizada para a rega. Pelas suas descrições ficamos informados que dentro destes muros existia uma comunidade religiosa muito dedicada ao trabalho agrícola. Mais! Os seus comentários permitem-nos confirmar que esse espaço era também utilizado subsidiariamente como local de recreio e contemplação – esta última tão necessária à vida religiosa – havendo, certamente, cuidados especiais por parte dos frades no seu ordenamento. Estas nossas afirmações são possíveis de confirmar pelas palavras do religioso que se refere à “...vistosa horta vallada sobre si, de cuja cultura se segue á Comunidade regalo, e conveniencia. São alli as arvores de espinho muitas, e fermosissimas. Há tambem abundancia de todo o genero de frutos mimosos: e fóra dos pomares se criaõ pinheiros, e oliveiras, que servem de utilidade aos Religiosos, além dos cyprestes, zambugeiros, e outras arvores silvestres, conservadas para recreação dos que debaixo das suas sombras a pertendem.”¹⁵⁰. Um pouco retirada do convento, junto ao qual se encontravam as árvores maiores e mais frondosas, ficava a vinha, “...bem povoada.”. Perto da horta “...aonde o sitio he mais ameno...” ergue-se a pequena ermida de invocação a Santa Lúzia, local de retiro e penitência¹⁵¹. O trabalho agrícola era completado pela pecuária, chegando a comunidade a possuir tanto gado que, em certa altura, foi necessário levá-lo a pastar fora das suas herdades.



Fig. 6 – Ermida de Santa Lúzia.

O único apontamento ao jardim é dado quando descreve a sacristia. Este compartimento “*Tem huma fermosissima janella para o Norte sobre o jardim, que antigamente era regado com as sobras da agua, que corria para outro ministerio.*”¹⁵². Sobre o elenco vegetal que o compunha não possuímos qualquer informação. O que podemos adiantar é que as flores do altar de Nossa Senhora eram trazidas por um jardineiro chamado *Ali* – escravo turco – que se encontrava ao serviço nos Paços de Vidigueira, o qual visitava o convento todos os sábados¹⁵³.

O edificio desenvolve-se em torno do claustro, o qual possui um poço de onde, antigamente, os frades tiravam água para beber e em torno deste “...se conservaõ em canteiros

¹⁵⁰ Fr. José Pereira de SANTA ANA, *ob. cit.*, p. 366.

¹⁵¹ *Idem, ibidem*, p. 367

¹⁵² *Idem, ibidem*, p. 365.

¹⁵³ *Idem, ibidem*, p. 403

*algumas arvores de espinho...*¹⁵⁴. Existiriam outras espécies vegetais no claustro do Carmo? É bem provável. Pois foi nos claustros que, durante o período medieval, o homem tentou ordenar o universo, criando um espaço fechado (*hortus conclusus*), onde se vivia um ambiente completamente diferente do mundo extramuros. Esses espaços ofereciam-se como lugares silenciosos e era o silêncio, associado aos aromas característicos das espécies vegetais que aí cresciam que identificavam e anunciavam o lugar antes de nele se penetrar. Assim, o silêncio e os aromas – perfume complexo e rico – davam ao claustro uma ambiência própria que não se alcançava no mundo exterior.

Nos claustros e cercas conventuais eram plantados os citrinos, ervas aromáticas, flores com carga simbólica e plantas medicinais. Em relação a estas últimas, é do nosso conhecimento que desde as épocas mais recuadas as diversas civilizações tinham o hábito de recorrer às virtudes curativas de certas espécies vegetais com o objectivo de vencer uma das suas mais antigas preocupações: a que é originada pela doença e pelo sofrimento.



Fig. 7 – Claustro.



Fig. 8 – Poço.

De tal forma se reconheceu a importância e eficácia de algumas plantas no tratamento de doenças que os próprios mosteiros possuíam as suas boticas. Apesar de existirem regulamentos feitos pelos papas no sentido de proibirem ao clero regular o exercício público da farmácia, era-lhes permitido servir benfeitores e pobres sem quaisquer interesses lucrativos. A existência de boticas nos mosteiros era justificada, muitas vezes, alegando-se que estes eram construídos em locais distantes das povoações, daí a necessidade de possuírem medicamentos para atenuarem os males dos seus enfermos. Grande número de mosteiros vangloriava-se dos seus *jardins dos simples*, onde cresciam as plantas utilizadas para o

¹⁵⁴ Fr. José Pereira de SANTA ANA, pp. 362 e 363

tratamento dos doentes.

Para além das ervas aromáticas e das plantas medicinais, os claustros eram preenchidos ainda com flores, às quais se lhes atribuía simbolismo. Tal é o exemplo das rosas, cravos, íris e lírios que nos aparecem associados à imagem da Virgem Maria. Estas eram, por certo, as flores que embelezavam os altares e andores da Mãe de Jesus.

Não nos é possível testemunhar se algumas destas espécies vegetais fazia parte do elenco existente no Claustro do Convento do Carmo, para além das árvores de espinho anteriormente citadas.

Outras referências bibliográficas falam na ambiência que se vivia na Várzea do Zambujal, mencionando o espesso arvoredado, faltando-lhe, contudo, identificar as espécies que o compunham. Teixeira de Aragão quando nos invoca toda a problemática da trasladação dos restos mortais de Vasco da Gama do Convento do Carmo para Santa Maria de Belém termina dizendo que “...o que parece certo é que em 1880 se fizeram todas as honras ao hespanholado D. Francisco da Gama..., enquanto o grande heroe portuguez continuava a dormir no seu placido tumulo da Vidigueira, sob a perfumada bafagem do vento que se aromatisa nos laranjaes das Reliquias.”¹⁵⁵. À data em que Teixeira de Aragão escreve já os frades não se encontravam a habitar este lugar. A quinta era já propriedade do Visconde da Ribeira Brava.

No capítulo anterior citamos a escritura que fez do casal Ribeira Brava os proprietários da Quinta do Carmo. Sublinhámos a importância que este documento adquire para o nosso estudo em virtude de ser a primeira referência que menciona a quinta com a designação que hoje lhe conhecemos. Foi com base nesta escritura que se descreveu este prédio, com o número 4115, na Conservatória Privativa de Cuba, o qual juntamente com tantos outros vão ser anexados e dar origem ao prédio número 9.913, denominado «Herdade do Carmo», por nós já referido. Do conjunto dos prédios que deu origem a esta herdade apenas a Quinta do Carmo e o número 4118 possuíam casas de habitação, pois este último para além de fazer menção às culturas, refere compor-se também de monte. Contudo, não é dada nenhuma informação à sua construção ou capacidade de habitabilidade. Com certeza que podemos afirmar que o velho convento funcionou como casa de herdade e ao mesmo tempo sede de lavoura. Embora os Viscondes tenham herdado uma morada de casas na Vidigueira, a qual vem referenciada na dita *Escriptura...*, pensamos que a habitação permanente foi estabelecida na Quinta do Carmo, pois todos os dados recolhidos parecem indicar que assim tenha sido.

¹⁵⁵ Augusto Carlos Teixeira de ARAGÃO, 1898, p. XXXVII.

Em 1923 Olímpio Ramalho tinha já mudado a residência da Vidigueira para a quinta. Deve ter utilizado o antigo palacete dos Herédia com uma dupla função: moradia e sede administrativa da sua (presumível) casa agrícola. A partir dos anos 30, após a compra do imóvel por Joaquim Toscano Sampaio, a quinta funciona com essa dupla utilidade. A matriz predial urbana, em nome deste proprietário, descreve o prédio do seguinte modo: “*Uma morada de casas com trinta e cinco compartimentos, trinta e três dependências.*”. Localiza-o no “*Campo entre as estradas do Monte Traz do Carmo e de Vera Cruz.*”. É servido pela Estrada do Carmo, tendo de superfície coberta 4.254 m²¹⁵⁶.

Através da carta cadastral podemos identificar a organização do espaço dentro dos muros: jardim, cultura arvense, pomar e vinha.

No que concerne às construções de prazer, elas encontram-se com pouca frequência e pouco diversificadas. É notória a diferença que existe entre a eloquência e grandiosidade da moradia e a humildade do jardim. Se exceptuarmos o único exemplar de azulejaria – azul e branco – representando a aparição da Virgem à Pastora, contamos apenas com alguns bancos de repouso, em alvenaria, caiados de branco, de desenho simples; um modesto lago de formato circular, onde hoje não corre água; as ruínas de um lago que outrora talvez fosse o reservatório de água mais significativo do jardim, a cujo centro se tem acesso por meio de uma ponte e, por esse motivo, os proprietários o designam de «A Ilha»; um tanque, segundo nos foi dito, transformado numa piscina de reduzidas dimensões por Olímpio Ramalho; a fonte de Santa Lúzia, frente à ermida do mesmo nome, acompanhada de um pequeno tanque onde já não corre água, sucedendo o mesmo nos mencionados anteriormente, e por último, uma ou outra mesa em pedra que para a construção dos tampos se utilizaram pedras sepulcrais retiradas da igreja do antigo convento.

O estado de conservação em que a grande maioria destes elementos se encontra

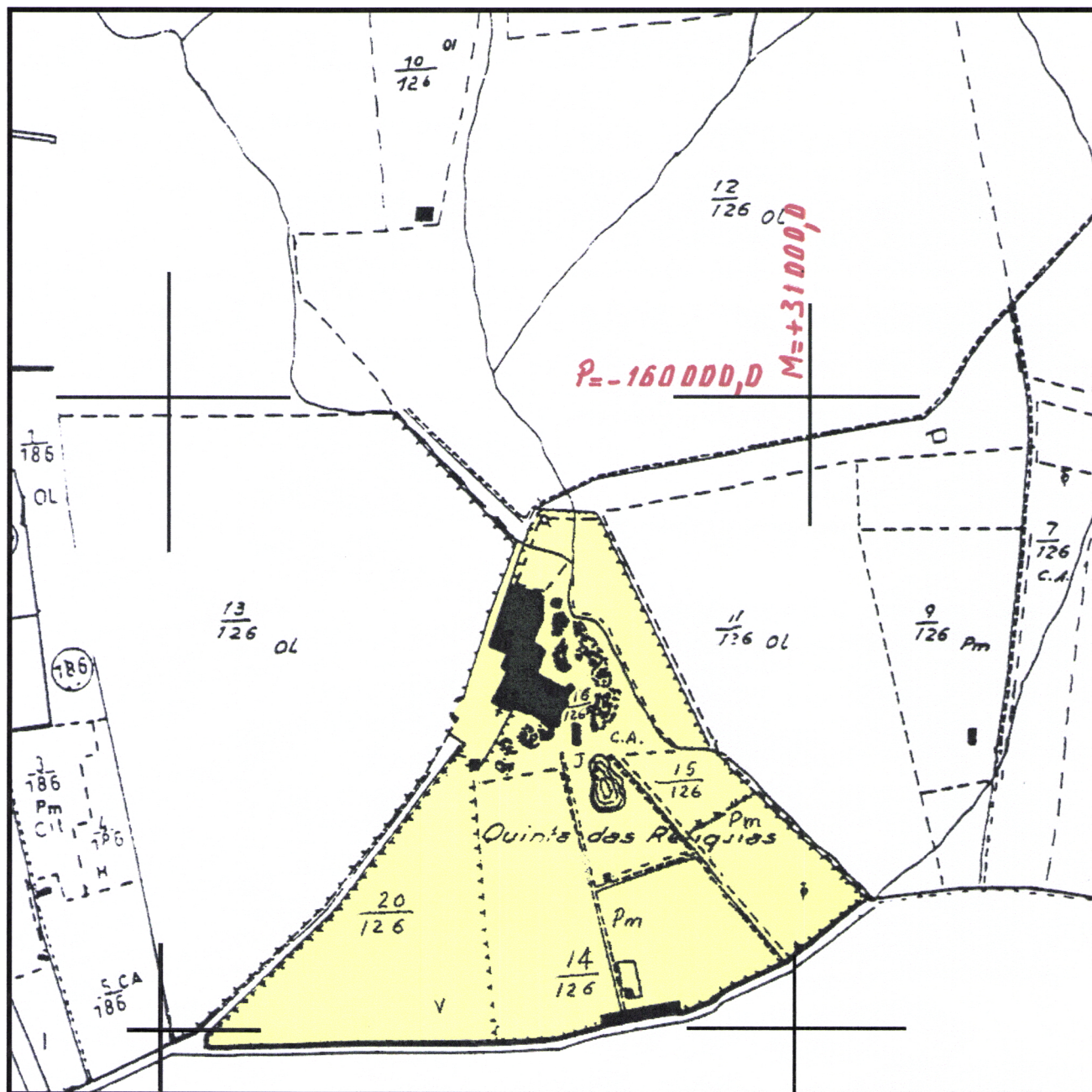


Fig. 9 – Banco de repouso.



Fig. 10 – Mesa.

¹⁵⁶ Matriz Predial Urbana, Artigo nº 1205, do Concelho e Freguesia de Vidigueira, Repartição de Finanças do Concelho de Vidigueira.



MAPA 5	A QUINTA – SUA ORGANIZAÇÃO EM PARCELAS	
	CA – Cultura arvensê J – Jardim	Pm – Pomar V – Vinha
PRÉDIO	QUINTA DO CARMO	
CONCELHO	FREGUESIA	ESCALA
Vidigueira	Vidigueira	1/ 5 000
FONTE	Extracto da Carta Cadastral, Secção A, Prédio nº126 – Herdade do Carmo.	

apresenta um aspecto semi-abandonado. A água, elemento essencial de um jardim, parece há muito ter deixado de correr. O que acaba por suscitar algum apetite ao passeio são as árvores frondosas que conseguiram vencer as agruras do tempo e chegar até nós e alguma cor que se destaca entre o verde, nomeadamente das espécies colocadas em vasos de barro.

A simplicidade do seu tratamento, a ausência de alegretes e canteiros a delimitar o espaço, a fraca conjugação entre material vivo e inerte, a quase inexistência de elementos decorativos, levam-nos a afirmar que, segundo os elementos que recolhemos e a leitura que hoje é possível fazer, os proprietários que passaram pelo Solar das Relíquias preocuparam-se muito mais com o arranjo e embelezamento da moradia do que em engrandecer o seu jardim. Passariam a grande maioria do tempo no interior do edifício? Talvez! Para além das elevadas temperaturas que o nosso clima nos traz durante o Verão, pouco convidativas ao passeio, não devemos esquecer que nesta casa um outro espaço podia ser desfrutado ao longo de todo o ano, onde o contacto com a Natureza era uma realidade e que, pela sua geometrização, se torna um lugar de quietude e ameno pela vegetação: o claustro.

Não parece abusivo se considerarmos que estamos na presença duma quinta, casa de herdade e sede de lavoura onde o jardim ganhou um engrandecimento inferior em relação ao complexo habitacional. Não se pretende com esta descrição diminuir a importância do jardim. Compreenderemos melhor esta realidade se tivermos em conta o carácter pouco plástico do jardim em Portugal. Este apresenta um carácter mais minimalista.

Para os seus moradores os símbolos de poder e prestígio social poderiam levá-los à criação e construção de outro tipo de elementos de que podem ser exemplo as torres e os limites ameados.

Fazemos alusão às torres porque a fachada do edifício, para além das torres que delimitam a igreja, apresenta ainda outras duas, comparativamente mais modestas que as do templo. Percorremos as páginas da *Crónica dos Carmelitas* na tentativa de se encontrar alguma referência à sua construção. Elas não aparecem referenciadas nessa obra nem na restante bibliografia por nós estudada. Já anteriormente apontámos as alterações feitas no antigo convento pelo Visconde da Ribeira Brava e salientámos o facto deste senhor ter mandado realizar algumas transformações na fachada principal da igreja de que as ameias parecem ter sido o resultado final dessas obras. E as duas torres na fachada principal da residência? Já fariam parte do conjunto quando o Visconde toma a sua posse? Ou terão sido mandadas construir nessa altura por forma a que o imóvel ganhasse uma maior volumetria? É uma questão a que, até ao momento, não nos é possível dar uma resposta.

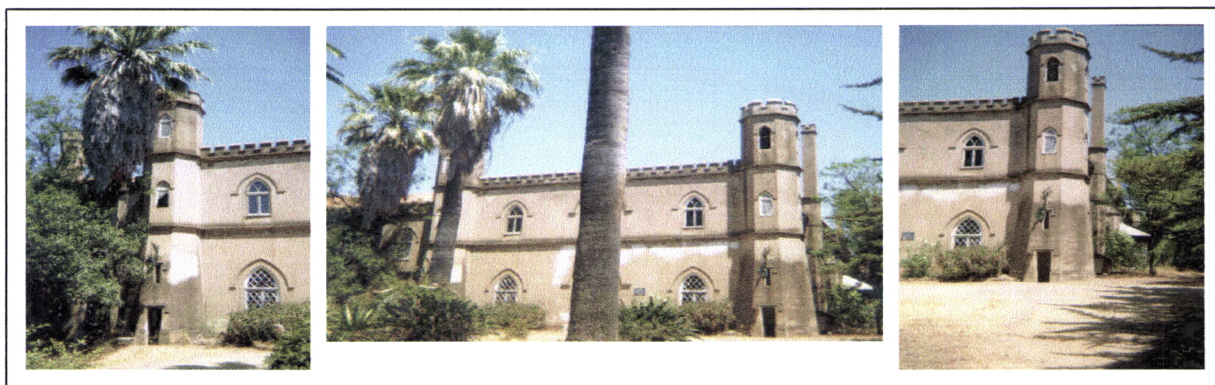


Fig. 11 – Fachada principal e torres do edifício da Quinta do Carmo.

Carlos de Azevedo ao mencionar as persistências e novidades na arquitectura da casa nobre portuguesa, salienta o facto de que, embora a partir do reinado de D. Manuel se verifiquem algumas mudanças arquitectónicas nas construções, na casa do Sul as características renascentistas são mais visíveis do que no Norte. Não obstante essa realidade, é notório a sul do Tejo a permanência de elementos medievais, sobretudo as torres e parapeitos ameados. No seu ponto de vista, é no séc. XVIII que a casa - torre atinge uma expressão de maior requinte. Não somente adquire uma nova expressão funcional fornecendo à habitação um novo compartimento como continua a desempenhar um importante papel como afirmação senhorial. Deste modo, vamos assistir, ao longo desse século, ao acrescentarem-se casas a torres e torres a casas, tendência que se prolonga no século seguinte¹⁵⁷. A mesma opinião é compartilhada por Ilídio de Araújo que ao estabelecer a relação entre habitação e prestígio social afirma que “No séc. XV parece não se conhecer ainda uma casa que não tenha a forma de torre, e quando a categoria social do proprietário exige um grande volume de edificações, aumenta-se o número das torres...”¹⁵⁸.

Terá sido Francisco Correia de Herédia um seguidor e exemplo dessa tendência? Não parece de todo desfazado pensarmos que sim! O certo é que o edifício ganhou um outro volume e imponência.

2.2. QUINTA DE ESPERANÇA

Em virtude de não nos ter sido possível conhecer o complexo habitacional da quinta, resolvemos deixar neste trabalho uma caracterização pouco pormenorizada. São poucos os

¹⁵⁷ Carlos de AZEVEDO, 1988, pp.41, 42, 79 e 80.

¹⁵⁸ Ilídio Alves de ARAÚJO, 1962, p.55.

escritos que descrevem o solar e, dum modo geral, as informações basearam-se em relatos orais.

Assim, socorremo-nos de duas fontes que permitem conhecer a composição da residência campestre e a ocupação da área que a circunda. O primeiro documento - Matriz Predial Urbana - descreve a parte urbana do seguinte modo:

Prédio com dois pavimentos compondo-se no réz-do-chão de catorze divisões incluindo duas dispensas, um corredor, duas casas de banho, e no primeiro andar trinta e duas divisões com uma capela, quatro escadas interiores galeria envidraçada, três terraços e sótão com duas divisões. Tem diferentes dependências que fazem parte da casa de lavoura dos prédios rústicos a que estão ligados. Confrontações: Norte, Sul, nascente e Poente com o proprietário - (Herdade dos Vales).¹⁵⁹

A esta área corresponde a superfície coberta de 669, 89 m². É de todo o interesse acrescentarmos uma nota à descrição que acabámos de transcrever que diz respeito ao facto de hoje em dia este prédio estar separado dos antigos prédios rústicos que outrora lhes estavam ligados. No momento a família não faz qualquer exploração agrícola. Por outro lado, as propriedades que anteriormente lhes pertencia encontram-se na posse de outros proprietários.

O segundo documento foi já por nós citado no capítulo anterior e diz respeito à descrição do prédio denominado Quinta da Esperança, o qual “...consta de cazas nobres com altos e baixos, capella com todas as suas pertenças, celleiros, palheiros, arramada, cavallariças, e diferentes cazas annexas, pomares de espinho e caroço, alameda, jardim et cectara, com um olival contíguo que contem aproximadamente seiscentos pés d’oliveira e um pombal em frente das janellas principaes da caza...”¹⁶⁰.

Foi nesta quinta que os nobres Barahona sempre estabeleceram residência desde os fundadores do palacete, cujo título mais antigo, segundo Túlio Espanca, pertencera ao fidalgo-lavrador Manuel Martinho Cebolinho de Barahona que recebera carta de nobreza do Rei D. João V, a 21 de Julho de 1710¹⁶¹.

Conforme ficou referenciado, desde o tempo da fundação até ao nosso século, o palacete e sua envolvência foram sendo enriquecidos, sofreram acréscimos e receberam elementos que tiveram como objectivo não apenas o engrandecimento da quinta mas também serviram de base a registos e feitos gloriosos dos mais ancestrais membros da família

¹⁵⁹ Matriz Predial Urbana, Artigo nº 1164, do Concelho e Freguesia de Cuba, Repartição de Finanças do Concelho de Cuba.

¹⁶⁰ Livro B – 3º, Livro de Descrições Prediais, CRPC, prédio nº 800, folha 3.

¹⁶¹ Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, pp. 280 e 281.

proprietária. Para além do conjunto de brasões que podem ser admirados nos mais variados lugares, uma peça merece ser destacada pelo facto de constituir obra singular. Trata-se de um exemplar único de bancos de repouso, recortados em alvenaria, com os espaldares revestidos de silhares de azulejos monocromos (azul e branco). Neles se encontram representadas cenas da vida militar, política e social do Portugal de outrora, inclusivamente o registo da visita da rainha D. Maria II ao solar do primeiro Conde da Esperança¹⁶². No dizer de Túlio Espanca, episódios retirados das velhas crónicas portuguesas, onde se assinalam eventos históricos ou lendários dos ascendentes dos Barahona, segundo desenhos elaborados por A.R. Santos na Fábrica Viúva Lamego, de Lisboa, em finais da década de 1920¹⁶³.



Fig. 12 – Símbolo representando as iniciais do nome do Conde da Esperança.



Fig.13 – Banco de repouso com azulejos representando cenas históricas ou lendárias dos Barahona.

¹⁶² Nos cinco painéis figuram as seguintes legendas:

D. Pedro Paes Lobo acompa=
Nhando a Portugal sua prima D. Mecia de
Haro, filha do Conde D. Lobo Senhor de
Biscaia, para casar com D. Sancho II
L. da T. do Tombo fl 13

Ottaviano Fragoso
Duque de Genova no assalto a
Briglia que depois mandou ar=
razar destruindo os alicerces. Anno
de 1513. H. de Genova pg 104

A Rainha D. Maria II visita o 1º conde da
Esperança (José Maria de Barahona Fragoso Cordo=
vil da Gama Lobo) a quem confirma o título agradecendo os relevan=
tes serviços prestados à sua causa.
(Marechal A. de Serpa Bibli.ª Biogra.ª pg, 14 e Livro d'Ouro p.g. 30

Em Alferrara Lourenço Annes
Cordovil lembra a D. Nuno Alvares Pereira que
A villa de Setubal carece da sua protecção,
o qual discorda com desespero
Vida de D. Nuno Alvares Pereira pg. 607 L.V

D. Ruy de Ulhôa
(o da Gama) com Giraldo sem
pavor na tomada de Évora em 1166
L. da Torre do Tombo Fl 78

¹⁶³ Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, p. 281.

Não restam dúvidas sobre a vontade e preocupação desses senhores nobres em materializarem, por meio destes e de outros registros, a sua antiguidade, valentia e nobreza.

O edifício campestre funcionava como residência e sede de lavoura, como atestam a descrição da matriz predial urbana e ainda a leitura da carta cadastral. Um conjunto de herdades era pertença dos Barahonas e, era da quinta que se geriam e administravam todas essas propriedades.

O complexo habitacional desenvolve-se segundo uma planta em U, em torno de um pátio a céu aberto, cujo acesso se faz por meio de um portão existente na fachada principal. Já no seu interior, revestido a calçada portuguesa, se desenvolveu, no piso térreo, um conjunto de compartimentos destinados a cômados agrícolas, entre eles grandiosas cocheiras e cavalariças. Na ala esquerda do mesmo pátio sobe-se, por meio de uma escadaria em mármore, para o piso superior ou piso nobre. Neste, fenestrações e terraços permitem observar os campos circundantes.



Fig.14 – Fachada principal.



Fig.15 – Escadaria de acesso ao piso nobre.



Fig.16 – Pátio.

A entrada no jardim da quinta é possível fazer-se num ou outro piso. Ao nível do rés-do-chão transpõe-se um portão campestre envolto em forte alvenaria, o qual se encontra encimado por um pequeno painel de azulejos policromado representando Nossa Senhora da Esperança. A entrada neste espaço pode também ser feita por um lance de escadas na fachada posterior do edifício, estabelecendo-se, deste modo, a comunicação entre um espaçoso terraço e o jardim.



Fig.17 – N.ª Sr.ª da Esperança.

Mais uma vez devemos salientar a íntima ligação que existe entre a parte habitacional e o jardim. Colados à fachada posterior encontram-se os já citados bancos de repouso que retratam cenas da vida dos Barahonas e ainda o *tanque da boneca*. Este último assim chamado por ter ao centro uma pequena escultura. Trata-se de uma peça esculpida em mármore branco, representando uma criança nua, cujo braço direito está incompleto. Não nos foi possível conhecer o seu significado nem o seu autor. Contrariamente a outras esculturas que nos foram dadas a conhecer noutras quintas, esta não apresenta postura imponente. Na posição sentada, o seu olhar e o rosto na totalidade, parecem esperar algo que lhe venha de cima. Em nossa opinião chega quase a adquirir uma postura de súplica. Era daqui que corria a água para dois espaços distintos onde outrora cresciam rosas. No primeiro é hoje impossível penetrar devido à espessa vegetação que ali cresceu e fechou a sua entrada. O segundo, onde ainda são visíveis restos de canteiros, dá comunicação com a grande nora, a qual ainda conhecemos com cobertura e que o rigor do anterior Inverno acabou por destruir.

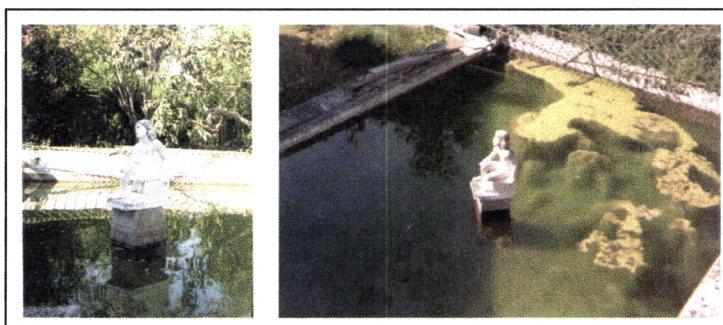


Fig.18 – Tanque da boneca.

Além do *tanque da boneca*, outros dois existem, nomeadamente o tanque grande, um pouco afastado do jardim, junto ao aqueduto que conduz a água dos valados de Vale de Cuba.

A servir de suporte a uma parte do terraço que dá para o jardim encontra-se um espaço de planta quadrangular revestido a ladrilhos denominado *Jardim Inês*, conforme pode ser lido no azulejo por cima da fonte. Ainda no alçado fundeiro, um outro pequeno painel de azulejos (azul e branco) representa Santo António. No *Inventário Artístico...*, o Jardim Inês aparece caracterizado como uma casa de fresco “...*rasgada por elevado portal geminado, de fuste*

*calcário e arcos de ferradura... No centro, na tradição mourisca, pitoresca fonte...*¹⁶⁴. Intrigados com a designação deste compartimento, questionámos a senhora Dona Maria de los Dolores que nos informou que a Inês era sua cunhada. Por isso, filha do terceiro Conde da Esperança, José Manuel Braancamp de Barahona Fragoso. O motivo porque a esse membro da família se reservou um espaço de destaque no jardim não nos foi possível conhecer. De qualquer modo, pensamos que terá sido aqui seguida a tradição das casas de fresco: compartimento reservado às senhoras da casa e suas damas. Sobre a predilecção por estes espaços, vejamos o que nos conta António Bello ao descrever os jardins do Paço Ducal de Vila Viçosa:

Parece que do Tanque do Tristão... se passava à Gruta das Amazonas e desta ao pequeno jardim interior com sua fonte ao centro e paredes revestidas de jasmineiros e de rosas de toucar. Era talvez um recanto de intimidade, possivelmente preparado pela duquesa D. Catarina. Ao fundo deste conjunto ajardinado... ficava a “Casa de Prazer”...

*Diz-se ser este o lugar preferido pela duquesa, quando nas tardes calmas, abafadiças do Verão, para ali se dirigia em busca de ar fresco, ao mesmo tempo que, desse cómodo miradoiro, assistia ao movimento da população que no Terreiro passeava...*¹⁶⁵

Na actualidade alguns desses elementos decorativos e de prazer da Quinta da Esperança encontram-se ameaçados pelas possíveis quedas de árvores centenárias que se localizam ao longo da alameda que se estende desde o portão de entrada do jardim até à zona de produção. São eles que, colocados muito próximo do edifício, conferem ao jardim muito maior beleza e permitem verdadeiros momentos de repouso e contemplação.

Há uma perfeita relação entre a sobriedade da construção residencial e a simplicidade da composição ajardinada. Contudo, pelas descrições do interior do edifício que nos foram facultadas pela mãe do proprietário e por aquilo que nos foi possível observar parece ter havido, por parte dos Condes da Esperança, uma maior intenção em remodelar e embelezar o solar do que o próprio jardim.

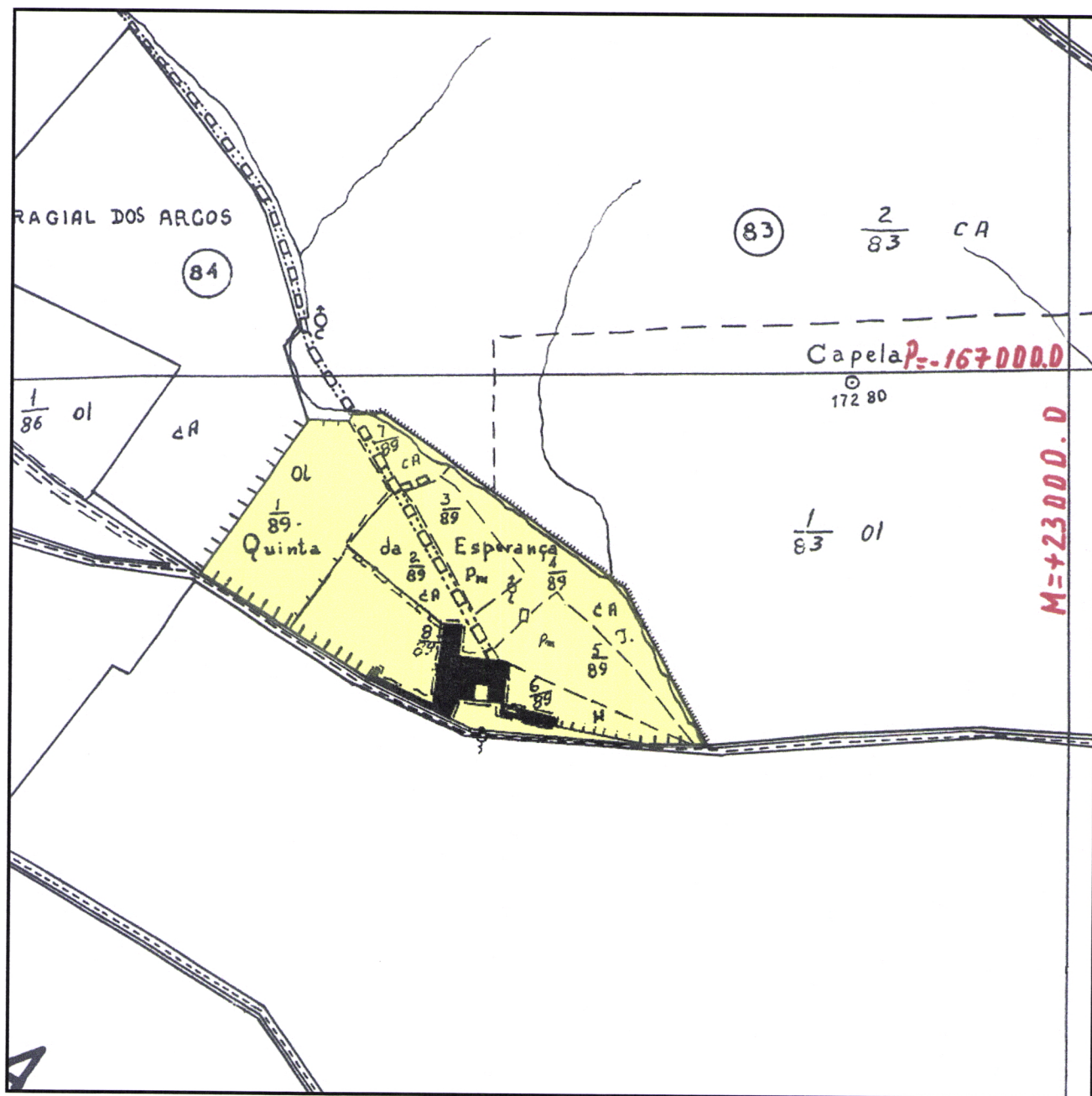
Dentro dos muros, a quinta divide-se em parcelas onde ocupavam lugar de destaque a horta, os pomares de citrinos e o olival (para além da área reservada à cultura arvenses).



Fig.19 – Porta de acesso ao olival.

¹⁶⁴ Túlio ESPANCA, *ob. cit.*, p. 281

¹⁶⁵ Armando de LUCENA e António BELLO, 1955, pp.19 e 20.



MAPA 6	A QUINTA – SUA ORGANIZAÇÃO EM PARCELAS	
	CA – Cultura arvense H – Horta	Ol – Olival Pm – Pomar
PRÉDIO	<i>QUINTA DA ESPERANÇA</i>	
CONCELHO	FREGUESIA	ESCALA
Cuba	Cuba	1/ 5 000
FONTE	Extracto da Carta Cadastral, Secção J, Prédio nº89.	

2.3. QUINTA DE SANTO ANTÓNIO / QUINTA DE S. BRÁS

À semelhança das descritas anteriormente, também a Quinta de Santo António se recata no interior dos seus muros.

O complexo habitacional desenvolve-se num único piso e encontra-se delimitado por quatro torreões, os quais não ultrapassam a altura da cobertura. Ambos são aproveitados como mais um compartimento da própria casa. Em relação à sua edificação não é possível deixar qualquer registo. Contudo, segundo a conversa que tivemos com o Dr. Henrique Carvalho Costa, pensa-se que a sua construção remonte ao séc. XVIII, altura em que era muito usual adossarem-se torres às habitações nomeadamente se os seus proprietários eram personalidades de elevado prestígio social.



Fig.20 – Fachada principal e alçado lateral direito.

Os elementos de que dispomos, com segurança, dizem respeito às últimas décadas do séc. XIX, principalmente quando esta propriedade começa a ser adquirida por José Gomes Varela Júnior. Poucos anos antes (1890) D. Carlos havia-lhe concedido o título de visconde. Pela sua formação académica - engenheiro agrónomo - a quinta deve ter-lhe despertado interesse e podemos, talvez, encontrar aqui uma das razões que o tenham levado à sua compra.

Como já tivemos oportunidade de referir, na altura em que a quinta é colocada em praça e arrematada em 1881, era já composta, para além da casa de habitação, da qual não nos é fornecida qualquer informação, por cavalariça e cocheira, forno de cozer pão, jardim e pomar (*de espinho e caroço*). Este prédio era servido por dois tanques (*de água nativa*)¹⁶⁶. Se não surgem descrições sobre a parte habitacional, em relação às outras partes que a compõem

¹⁶⁶ *Escreitura de declaração...* Livro 158 das Notas do tabelião José Guerreiro Júnior, folha 46 verso, ADB, cota: CNSRP 1/01/Lv. 164.

essas devem ser inexistentes.

Pela observação no local e pela leitura da carta cadastral apercebemo-nos que existe uma profunda aproximação do edifício ao jardim. Este desenvolve-se num patamar inferior, ao qual se tem acesso através dos dois lances de escadas que existem na fachada posterior da casa que nos conduzem do terraço para o seu interior. Do terraço tem-se toda a panorâmica e noção do desenho não somente por nos encontrarmos num plano mais elevado mas também pela inclinação do próprio terreno. Deve, no entanto, salientar-se que em espaços planos conseguir-se-á ainda uma maior aproximação edifício / jardim do que em terrenos mais declivosos, os quais poderão originar alguma irregularidade espacial e com ela um maior afastamento.

Mais uma vez estamos perante uma realidade desigual: a proporção e volume da parte habitacional é superior ao espaço ocupado pelo jardim. Embora este se apresente como sendo mais um compartimento da casa, cujo desenho deixa transparecer a intenção de ser vivido, é notória a grandeza da habitação em relação ao espaço ajardinado. Esta característica opõe-se à formalização da quinta de recreio onde o jardim ocupa uma maior área enquanto a moradia se desenvolve num espaço, comparativamente com o do horto de recreio, muito menor.

Se pretendermos estabelecer um termo comparativo entre o jardim da quinta de Santo António e os outros jardins das quintas que constituem objecto de estudo do nosso trabalho, verificamos que este mostra uma peculiaridade determinada pelo declive do terreno: ele desenvolve-se em dois patamares distintos. No primeiro, ao qual se tem acesso através do terraço, o jardim encontra-se organizado por meio de dois canteiros que acompanham o muro, existindo ao centro um lago de desenho simples. A água cai no mesmo através de uma taça central. Ao segundo, separado do anterior por meio de um muro, tem-se acesso através de umas escadas. Aqui, o muro encontra-se interrompido por uma cancela que nos permite descer um conjunto de sete degraus para um outro espaço que neste momento está a ser reordenado. É daqui que somos conduzidos a um fabuloso tanque de rega.

O grande tanque de rega da Quinta de S. António, de formato octogonal, encontra-se cercado por um grosso muro de alvenaria composto por bancos de repouso, alegretes e um majestoso nicho. Nesse nicho, que em tudo se assemelha a um altar, figurou a imagem de S. João Baptista (em barro), sendo daí levada para uma habitação da família Féria na vila de Serpa.

Entre o muro e o tanque existe um caminho que o cerca permitindo um passeio que nos transporta do Cristianismo para a Idade Clássica. A viagem é possível pela observação de Neptuno - deus romano da guerra, mais tarde elevado a deus do mar após a sua identificação